

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**O QUE QUER UM(A) MULHER?**

NOVOS PACTOS E CONTRATOS SOCIAIS

LAURA MARZULLO DOS SANTOS

PORTO ALEGRE

2019

LAURA MARZULLO DOS SANTOS

**O QUE QUER UM(A) MULHER?**

NOVOS PACTOS E CONTRATOS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado como requisito parcial para a  
conclusão da Graduação em Psicologia pela  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Milena da Rosa Silva

PORTO ALEGRE

2019

## AGRADECIMENTOS

Na lavoura do viver, conhecemos diferentes espécies de plantas, aramos a terra, observamos os ciclos da natureza para, então, plantar. Esse processo, no meu percurso, vem acontecendo ao lado de muitas pessoas. Agradeço a algumas delas, nesse espaço, por decidirem semear ao meu lado.

Ivete Marzullo dos Santos, tu és a mulher que eu mais desejo empoderar. E tu me empoderas ainda mais com tuas poesias. Deu muito certo essa parceria! E vai dar mais ainda, mãe! Bora escrever um livro? Sou grata!

Adão dos Santos, pai, gracias por mudar, inclusive de cidade, para que mana, mano e eu tivéssemos acesso à educação. Me ensinastes a andar de bicicleta e agora eu te chamo para pedalar comigo no exterior.

Adão dos Santos Júnior, não me vêm ideias, apenas sentimentos: eu te amo, mano!

Sarah Marzullo dos Santos, teu sorriso tá cada vez mais bonito! Tá mais tu, irmã!

Amigues, vocês são a chance de ver o mundo mais despido e, por isso, mais real. A expressão diária da gratidão. O incentivo a explorar novos universos. Eu amo muito cada uma e um de vocês. Deixo agradecimentos, em especial, a quem me inspirou e/ou auxiliou a pensar esse trabalho e, também, a quem me auxiliou a finalizar essa etapa sorrindo: Ana Laura Horbach, Bruno Sánchez Zanchetta, Clara Jerusalinsky, Cleci Maraschin, Cristiano Rangel, Diego Javier Bustos, Ema Burna, Emília Cabreira, Fernando Marcial Ricci Araujo, Gabriela Zuñeda, Gisele Nogueira, Giselle Silva Sanches, Guilherme Veber, Jéssica Bomzanini, Jake Ephros, Janny Laura Araújo de Medeiros, Jéssica Aguirre, João Luís Miola, Joffre Araújo de Mattos, Leonardo Turra, Lucas Szadkoski, Luciano Martín Tosi Aromí, Luiz Cláudio Bueno Garcia, Thaís Ayd Estevam, Tiele Patricia Machado, Maria Cristina Duarte Klimach, Maria Luiza Amorim Borges, Mariana Betts, Marcos Ricardo Janzen, Marília Jacoby, Milena de Couto Fernandes, Nicole Simquevits, Paula Ruiz, Raquel Mello, Rita de Cassia de Souza Benitez, Sofia Tessler, Vanessa Milost e Yasmin Daoualibi Vianna Siqueira.

Amoras, a partir das suas diferentes origens e linguagens, vocês continuam se propagando e me ensinando para além das ilusórias distâncias. Nossos brotos ganham novas flores enquanto inventamos juntas. Tenho amado muito ao lado de vocês, gratidão!

Luiz Cláudio Bueno Garcia, a amora mais amor, pois caminho que expande pra continuar. Grata por me acompanhar nas leituras ao longo dessas graduações cotidianas e por apostar nos meus sonhos sempre!

Dança e música, vocês são substância de vida!

Eros & Psiquê, entre ronrons, e miados, e afagos, vocês fizeram esse percurso mais leve e recheado de afetos. Lembrarei sempre de vocês se jogando por cima dos meus livros nas madrugadas de estudo. Gratidão por me amarem!

Lúcia Bins Ely e Thianne Rezende dos Santos, sou grata por escutarem e pontuarem, em associação livre, as potencialidades inconscientes do meu ser!

Argentina, gracias por me inspirar. Tudo mudou depois de ti. Sou mais eu desde o nosso encontro.

CMPA, és um dos pilares da minha transformação. Sempre amei estudar e em ti encontrei não só a oportunidade, como a potencialidade das perguntas e do senso crítico. Me deixastes uma das pedras mais preciosas da vida: os vínculos de eternas amizades.

Educação, tudo o que eu desejo que se expanda ao redor do mundo.

Mundo. Mundão. Maior expansão de mim mesma.

O Lar Viajante, um projeto que viajou comigo a cada uma das férias dessa graduação. Oportunizou-me conhecer novas paisagens, ouvir outros idiomas, experimentar outras subjetividades. Também me tornaste psicóloga. Seguiremos estrada!

Mulheres, sou grata pelo privilégio de fazer parte desse grupo tão abrangente, pois percorre o sensível com sensibilidade e o duro com destreza. E, no entre, um universo de possibilidades e de aprendizados.

Verde. Minha cor preferida. Escrevo agora contigo. Mãe de toda sabedoria da terra. E da Terra. Mãe Terra. Tu abres. Ensinas. Puro amor. Me absorvo em ti, flutuo, rogo e canto. Medito contigo, *mi gran amiga!*

Cláudia Dias Baptista de Souza, Monja Coen, gracias pela sabedoria que transmites a cada palavra e por me auxiliar a respirar conscientemente.

Universidade, um mundo absurdamente belo num lugar remoto. Gracias, UFRGS e UBA, por proporcionarem tanto a mim e a tanta gente sedenta por conhecimento!

Aos estágios na Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro e na Clínica de Atendimento Psicológico na UFRGS; à experiência do Projeto Rondon; ao intercâmbio universitário na Argentina; aos voluntariados da AIESEC na Romênia e no Egito, às oportunidades de pesquisa científica e de extensão no LPNeC e no Oficinando em Rede, aos estágios realizados durante os semestres de Jornalismo – na Rádio da UFRGS, na Comgrad do Direito, na Superintendência da Receita Federal e no jornal Zero Hora - e a todas as pessoas que integraram esses projetos comigo, sou grata por auxiliarem na minha formação de forma tão bela e admirável.

Milena da Rosa Silva, sou grata por tuas aulas honestas de psicanálise, pela tua postura calma e ao mesmo tempo embatida, por teu exemplo e por tua própria gratidão. Teu acolhimento tornou esse trabalho possível, quando eu já pensava não ser possível, gracias por incentivar minha autonomia e coragem!

Gislei Domingas Lazzaroto, a cada uma de tuas propostas inusitadas em sala de aula, fostes e és inspiração. Contigo, pude realizar os trabalhos acadêmicos mais singulares, porque dotados de poesia. Hoje preencho a vida com versos a cada encontro, gratidão!

Às autoras e aos autores citados nesse trabalho, agradeço por apostarem na pesquisa, na leitura e na escrita como potência!

A quem ler esse trabalho: desejo c(alma).

Integrando a primeira geração da minha família a acessar o Ensino Superior e sendo a primeira estudante dela na UFRGS, chego aqui porque, antes de mim, muitas pessoas também araram a terra. Sou grata a todos vocês pelo investimento, carinho, apoio e incentivo. E a mim mesma por essa jornada! Festejemos agora essa colheita!

*Anda, Luzia*  
*Pega um pandeiro, vem pro carnaval*  
*Anda, Luzia*  
*Que essa tristeza lhe faz muito mal*  
*Apronta a tua fantasia*  
*Alegre teu olhar profundo*  
*A vida dura só um dia, Luzia,*  
*E não se leva nada desse mundo*

*Anda Luzia - Maria Bethânia*

## RESUMO

Articulando a práxis da observação, da vivência, da leitura e da crítica com relacionamentos em uma sociedade pós-patriarcal, este trabalho busca experimentar um uso feminino da língua portuguesa e pensar novos pactos e contratos sociais. Utiliza-se o conceito de gênero, a prática política e a ética psicanalítica como pilares. A partir da pergunta-enigma freudiana “O que quer um(a) mulher?”, enlaçam-se textos de mulheres-autoras psicanalistas, sobretudo da América Latina, não necessariamente para responder tal questionamento, mas para realizar outros a partir e além dele. Chega-se, enquanto aposta, a um modelo de sociedade desapegado das ideias de centro e de periferias; no lugar delas, uma epistemologia equitativa de gênero para nosso trânsito viajante pelo mundo.

**Palavras-chave:** relacionamentos, patriarcado, contratos sociais, psicanálise, gênero, política, América Latina, mulheres, equidade, feminismo.

## RESUMEN

Articulando la praxis de la observación, la experiencia, la lectura y la crítica con las relaciones en una sociedad post-patriarcal, este trabajo busca experimentar una utilización femenina de la lengua portuguesa y pensar en nuevos pactos y contratos sociales. El concepto de género, práctica política y ética psicoanalítica se utilizan como pilares. Desde la pregunta-enigma freudiana “qué quiere un(a) mujer?”, los textos de mujeres-escriptoras psicoanalistas, sobretodo de América Latina, se enlazan, pero no necesariamente con la finalidad de responder a esa pregunta, sino que para hacer otras desde y más allá de ella. Llegamos, como apuesta, a un modelo de sociedad desprendido de las ideas de centro y periferia; en cambio, una epistemología de equidad de género para nuestro tránsito viajero por el mundo.

**Palabras-clave:** relaciones, patriarcado, contratos sociales, psicoanálisis, género, política, América Latina, mujeres, equidade, feminismo.

## ABSTRACT

Articulating the praxis of observation, experience, reading and criticism with relationships in a post-patriarchal society, this paper seeks to experience a feminine use of the Portuguese language and to frame new pacts and social contracts. The concept of gender, political practice and psychoanalytic ethics are used as pillars. Departing from the Freudian enigma question “What does a woman want?”, texts by female psychoanalyst authors, especially from Latin America, are cross-analyzed not necessarily to answer said question, but to create other questions from and beyond it. As a bet, this leads to a model of society that is detached from the ideas of core and periphery; instead, a gender-equitable epistemology for our walking travels around the world.

**Keywords:** relationships, patriarchy, social contracts, psychoanalysis, gender, politics, Latin America, women, equity, feminism.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
1.1	Em saia, iremos!.....	10
2	ESCOLHAS ÉTICAS DESSE TRABALHO .....	14
2.1	Linguagem .....	14
2.2	Lugar de Fala.....	16
3	AFORISMOS PSICANALÍTICOS .....	21
3.1	O que quer um(a) mulher? .....	21
3.2	A mulher não existe. ....	25
4	A ORIGEM DO PATRIARCADO .....	29
5	A LEI E A AFIRMAÇÃO DE EXISTÊNCIAS .....	34
5.1	O Regime Jurídico .....	35
6	NOVAS CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS DAS RELAÇÕES .....	38
6.1	Fenômenos e Desafios do Século XXI .....	38
6.2	A Não-Monogamia e Seus Valores.....	42
7	MOVIMENTOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA .....	48
7.1	Pañuelos Verdes na Argentina .....	48
7.2	Grupo de Mulheres em Clínica de Atendimento Psicológico no Brasil ...	50
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	55



# O QUE QUER UM(A) MULHER?

## NOVOS PACTOS E CONTRATOS SOCIAIS

### 1 INTRODUÇÃO

Quando escrevi a primeira versão dessa introdução, busquei inúmeras referências teóricas que embasassem minhas práticas. Porém, segui lendo, sentindo, escutando, experimentando e percebi que descrever as práticas por meio apenas de citações é sempre uma tentativa falha, pois há algo de inédito no vivido. Há algo que excede o que se possa querer explicar. Para isso, outras formas de saber podem e devem se articular às produções acadêmicas. Fui então inspirada não só pelos escritos de Gerda Lerner<sup>1</sup>, mas também pela melodia das poesias de Susana Ferreres<sup>2</sup>, pelas fotografias de Anna Ortega<sup>3</sup> e pelas interpretações musicais de Perotá Chingó<sup>4</sup>, o que me desacomodou nas minhas próprias proposições, como se algo já estivesse pronto quando pensamos as relações sociais, até que recuperei uma pergunta-enigma antiga, e quase esquecida, que articula a proposta dessa monografia ao trabalho analítico de, a partir do não-saber, buscar saber.

Decidi, assim, escrever essa parte da introdução e um título do coração<sup>5</sup>. O que antes era intitulado “*Novos Contratos e Pactos Sociais – Política, Gênero e Psicanálise*” alterou-se para “*O que quer um(a) mulher? Novos Contratos e Pactos Sociais*”, tendo ainda a política, o gênero e a psicanálise como seus eixos explícitos nas escolhas éticas do que ler, do que não ler; que linguagem usar, que linguagem não usar; para quem e como escutar e escrever. Exercício esse que aqui pontuo estar em processo, mas que já abre algumas brechas em relação às formações acadêmicas hegemonicamente pautadas em autores homens, proprietários, brancos e europeus, porém não universais.

Mudança essa intrínseca, porque pensar as novas possibilidades de se relacionar num mundo pós-patriarcal passa, inevitavelmente, por nos implicarmos em buscar saber

---

<sup>1</sup> Historiadora, escritora e professora austríaca e estadunidense, famosa pelos estudos afro-americanos e pelo desenvolvimento da História da Mulher.

<sup>2</sup> Artista argentina da *Orquesta de Instrumentos Autóctonos y Nuevas Tecnologías*, que resgata e relê o passado cultural das Américas em integração com a contemporaneidade.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Jornalismo da UFRGS, que tem interesse por fotografia e pelos movimentos de legalização do aborto na América Latina.

<sup>4</sup> Banda argentina, formada por duas mulheres – Julia Ortiz y Dolores Aguirre – que, a partir de uma viagem ao Uruguai em 2011, desejam fazer música para viajar e provocar sorrisos.

<sup>5</sup> “Se os olhos vêem, se as orelhas entendem e se o nariz respira, eles conduzem ao coração aquilo que recolheram e ele organiza as decisões. A língua, então, as anuncia”. (A. Erman, *La religion des égyptiens*, Paris, Payot, 1952).

o que quer uma mulher, pois até então só vínhamos perguntando o que quer um homem. E nos relacionávamos respeitando eles e limitando elas.

Parto da premissa, portanto, de que somos todas sujeitas de desejo. Ou seja, somos marcadas e movidas pela falta e operamos pelo inconsciente e pela linguagem, como elaboraram Freud (1915/1996, p. 127) ao sistematizar o conceito de pulsão e Lacan (1964/1988, p.25) ao dizer que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Adiciono, a esses pressupostos, a possibilidade de que novos caminhos possíveis para a realização desses distintos desejos se ampliem e que se comprometer com esse exercício é compromisso de todas nós. Nesse sentido, trago reflexões de Christiane Siegmann e Tania Galli Fonseca (2007):

Na procura da poesia, o poeta nos propõe, inicialmente, uma escuta. Uma escuta singular sobre aquilo que ainda não se dissipou - as mil faces secretas das palavras. E, então, nos aconselha um movimento por entre as palavras e o silêncio. Um movimentar-se entre interstícios e vazios onde habitam gestos, sentidos, traços ou falas ainda imperceptíveis ao nosso corpo tecnicista e aflito. Contudo, esse movimento exige paciência e contemplação. Coragem para rachar as palavras e deixar passar as potências que possam dali provir. Movamos, então, nossos corpos! Retiremos o véu que reveste nossos sentidos para percebermos o que está oculto sob a face neutra das verdades universais e de nossas certezas.

### **1.1 Em saia, iremos!**

Psicologia e Psicanálise. Não faria sentido iniciar o escrito desse trabalho, senão a partir dessas palavras, pois são elas que nos trazem aqui. Representam campos de saber e, também, de experimentações. Ao longo desses anos de formação, a Psicologia e a Psicanálise me ensinaram ser não apenas práticas profissionais, mas também pessoais. Pensar saúde mental no contato com a outra, intrinsecamente, nos transforma. Trans/formar. Ou seja, tirar da forma. Amara Rodvalho (2017) enriquece ainda mais o prefixo *trans*<sup>6</sup> a partir das seguintes metáforas: “Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico.”

Elizabeth Zambrano (2018, p.17) afirma que “as convicções e valores que sustentam a maneira como percebemos o mundo são sempre decorrentes do lugar, do tempo e do contexto sociocultural no qual estamos inseridos”. Ao nos relacionarmos com outra pessoa na prática psi, portanto, esses valores se encontram. Nesse encontro, por vezes se esbarram, por vezes se cruzam, por vezes se atravessam, por vezes se escutam.

---

<sup>6</sup> Prefixo que significa “além de” de acordo com o Dicionário Online de Português.

Buscando sustentar a ética psicanalítica da alteridade, o compromisso aqui é que possam cada vez, e mais frequentemente, se escutar.

Minha escuta tem se atentado não apenas às transformações sociais, mas, principalmente, ao efeito delas na maneira como nos relacionamos. Em um tempo em que os debates sobre recortes sociais como gênero, raça, classe e outros se expandem, no Brasil e em diversos países do mundo, também se alteram o lugar que as sujeitas ocupam umas em relação às outras e, como consequência, a maneira como trabalhamos. Nascem, assim, novos valores e, conseqüentemente, novas relações, novos pactos e contratos sociais.

Pensar esses pactos e contratos, relacionando-os a essas transformações do nosso contexto sociocultural, principalmente o da América Latina, é uma das buscas desse trabalho. Nesse sentido, lanço um questionamento: Qual é o desafio da Psicanálise em repensar seus pressupostos teóricos para escutar as mudanças sociais, mantendo sua ética, no lugar, no tempo e no contexto e para as pessoas em que se aplica?

Nas palavras de Débora Tajer (2012, p.80, tradução nossa), “a psicanálise que conhecemos até hoje, assim como toda disciplina humana, tem a marca histórica de suas condições de aparição”.<sup>7</sup> As condições de aparição da psicanálise foram a sociedade burguesa, patriarcal e heteronormativa da *Belle Époque*<sup>8</sup>. Nessa época, assim como nas que se seguiram, os papéis sociais da mulher e do homem eram - e ainda são - construídos a partir das relações de poder (Foucault, 1979) - em que algumas pessoas possuem posição de vantagem e outras de desvantagem - que se perpetuavam, inclusive, na maneira como se classificavam - e ainda se classificam - as patologias psíquicas. Rocha e Rocha (2016, p.125) apontam que a neurose obsessiva é geralmente associada ao homem, enquanto a neurose histérica é geralmente associada à mulher. Também nos levam a pensar que Freud, Breuer e outros psicanalistas da época falavam sobre mulheres, ao invés de dar voz a elas. Porém, “a psicanálise começa quando uma mulher manda seu médico calar-se para que a escute” (Vera Iaconelli, 2018, p.45). Vale marcar aqui que foi Bertha Pappenheim, conhecida como Anna O., na obra freudiana, quem apontou o primeiro nome da Psicanálise: “a cura pela fala”. Também nesse período, grandes analistas mulheres já se colocavam em trabalho, mas tiveram seus escritos por muito tempo

---

<sup>7</sup> Trecho original: “*el psicoanálisis que conocemos hasta hoy, como toda disciplina humana, tiene la impronta histórica de sus condiciones de aparición*”.

<sup>8</sup> Foi um período da cultura cosmopolita na história da Europa, que começou nos finais do século XIX com o final da Guerra Franco-Prussiana em 1871 e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão.

ocultados ao longo da história, tais como Karen Horney, Melaine Klein, Helene Deutsch, entre outras.

Um século depois, a mulher se inseriu em espaços antes inalcançados por seu gênero. Tornou esses espaços agora também seus e fez, quem sozinho antes o ocupava, rever o seu próprio espaço. Quando a mulher assume mais veementemente seu desejo, o mundo onde antes a mulher não desejava se reformula, afinal de contas, o que quer uma mulher? A mulher do século XXI desafia a própria Psicanálise, assim como a mulher do século XX e de todos os outros séculos que o antecederam. Mesmo antes de a Psicanálise existir, a mulher já a desafiava. Não é à toa que os primeiros homens que a escreveram se viram colocando a mulher como objeto de estudo daquilo que hoje consideramos “estrutura”. A Histérica<sup>9</sup>, dizem os diagnósticos. Em “Deslocamentos do feminino”, Maria Rita Kehl (2016) interpreta que os sintomas histéricos, comumente assimilados às mulheres na virada do século XIX para o XX, são sintomas de oposição feminina ao regime de opressão patriarcal.

Sabemos, a partir de George Canguilhem<sup>10</sup>, que os diagnósticos frequentemente utilizados no campo psi, tais como DSM e CID<sup>11</sup>, são estatísticos. No entanto, a partir da Psicanálise, os diagnósticos são estruturais. Não são produzidos a partir da avaliação médica; mas, sim, da escuta. A partir de que ouvidos, portanto, são eles escutados e criados? Se, pelos ouvidos antes apenas dos homens, nesse trabalho recupero e priorizo o a escuta e o olhar delas: das mulheres da Psicanálise, seja a partir daquelas que passaram por aqui e nos deixaram como marca suas reflexões, como é o caso da austríaca Gerda Lerner, como também agora, em nosso tempo e espaço: mulheres da América Latina, como as argentinas Débora Tajer e Ana María Fernández e a brasileira Patrícia Porchat. Seus nomes serão explorados a partir das reflexões desse trabalho que, para finalizar uma formação em Psicologia, faz uso da Política como meio de exercer seu fazer a partir de

---

<sup>9</sup> O diagnóstico foi elaborado por Freud e por Breuer em “Estudos sobre a Histeria”, em 1905, falando sobre um fenômeno psíquico que homens observavam em mulheres.

<sup>10</sup> Em seu livro *O Normal e o Patológico*, escrito em 2002, Canguilhem nos provoca a refletir sobre como somos subjetivadas a pensar a normalidade e a patologia a partir de uma curva estatística. Ela se reforça pelo maior número de indivíduos que coincidem nela e, concomitantemente, constrói uma concepção sobre patologia a partir das indivíduos que se afastam dela, que são, em qualidade, distintas da normal mas, em número, maiores do que ela, o que nos leva a questionar nossa concepção sobre sujeita e, por consequência, nossa atuação no campo psi.

<sup>11</sup> As siglas se referem ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e Classificação Internacional de Doenças, que são elaborados pela Associação de Psiquiatria dos Estados Unidos. Apesar das diferenças culturais, são utilizados em diversos outros países como se fossem universais.

reflexões críticas sobre, sim, o próprio fazer que ao longo desses últimos cinco anos e meio fui ensinada.

Nesse sentido, desde já me sinto grata pela oportunidade de aprender saber em um espaço de ensino que proporciona um saber que questiona saber. E, assim, constrói outros saberes.

Esse TCC? Uma viagem sem roteiro. Não segue regras prévias. Sabe para onde quer ir, mas descobre o como no durante. Esse TCC? Um poema, cujas rimas aparecem no decorrer dos acontecimentos cotidianos, ao que Jorge Larrosa Bondiá (2002) declarou Saber sobre A Experiência<sup>12</sup>, ou seja, “aquilo que nos passa”, “aquilo que nos acontece”.

Esse trabalho busca, portanto, e dentro do possível, romper com o modelo de trabalhos escritos até o momento ao longo dessa graduação. O que fica em primeiro lugar? O não-saber. Não é um artigo, não é um ensaio. É o ensaiar do ensaio. Em saia, iremos! Ou melhor: como bem entendermos!

---

<sup>12</sup> Bondiá trabalha experiência como o que nos passa, nos acontece, nos toca. Não como o que passa, o que acontece, ou o que toca.

## 2 ESCOLHAS ÉTICAS DESSE TRABALHO

Supõe-se que o respeito pelo ser humano, seja pelo louco, seja por aquele supostamente normal, é uma qualidade essencial para aquele que pretende pesquisar em ciências humanas. A humildade de manter-se diante do outro como diante de um enigma é, a meu ver, uma condição de possibilidade na reflexão sobre o humano em harmonia com uma postura ética.

Nelson da Silva Junior (2000, p.131)

Em psicologia, ao trabalharmos com a ser humana, intrinsecamente filosofamos. Além de pensarmos o quê, pensamos também o quem, o porquê, o onde, o quando e o como. Falamos, portanto, sobre os valores que norteiam nossas práticas e nos levam a escolher que concepção de sujeita temos e, conseqüentemente, de que abordagens, dispositivos e ferramentas iremos dispor na nossa prática diária. Nas palavras de Silva Junior (2000, p.132), “ética e conhecimento são indissociáveis”.

Essa reflexão me parece ser uma, senão a tarefa que mais nos toma, enquanto nos tornamos psicólogas. É um compromisso ético com a nossa profissão, a partir de questionamentos críticos, de análises e de intervenções que nos desacomodam, tendo a alteridade - ou seja, a compreensão de que, mesmo sem compreender a outra, devo respeitá-la na sua diferença - como princípio. Por isso, faço questão de, já ao início desse trabalho, explanar algumas das escolhas que elaborei e continuo elaborando a cada debate de sala de aula, estágio curricular, atendimento clínico, pesquisa, extensão, intercâmbio, grupo de trabalho, shows de música, danças compartilhadas e conversa de bar.

### 2.1 Linguagem

*“O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada.  
Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.”  
Grada Kilomba*

*“Em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder, o  
silêncio é opressão e violência”.  
Adrienne Rich*

*“Não se esqueça de que o pensamento se modela graças à palavra, e que  
só existe o que tem nome”. María Angeles Calero Fernández*

*“Sei que a língua corrente está cheia de armadilhas. Pretende ser  
universal, mas leva, de fato, as marcas dos machos que a elaboraram. Reflete  
seus valores, suas pretensões, seus preconceitos.”  
Simone de Beauvoir*

Em sua tese “Memórias da Plantação”, Grada Kilomba - psicóloga, psicanalista, filósofa e artista, portuguesa e negra – conta sobre como foi sair de Portugal e ir estudar e escrever sua tese de doutorado em Berlim. Anteriormente, sendo a única estudante negra nos espaços onde circulava em Lisboa; posteriormente, pôde se deparar com uma marca intelectual negra em solos alemães, o que a levou a encontrar-se como sujeita e poder constituir um ego próprio. Viu ali uma politização admirável, descobrindo que, no lugar da culpa pelo passado colonial recheado de anulações de subjetividades, era possível elaborar uma conscientização coletiva das violências sociais, a fim de que as populações possam se responsabilizar não só pela história de nossas antepassadas; como, também, de nós mesmas no dia a dia.

A autora, portanto, marca que essa responsabilização exige que passemos por um processo - que vai da negação à culpa, à vergonha, ao reconhecimento e, só então, à reparação - para que criemos novas configurações de poder e de conhecimento. E enfatiza que essa criação necessita passar pela linguagem. Em suas palavras, “uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. (...) Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem, também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento.” (Kilomba, 2019, p.12-13)

Nesse sentido, muitos movimentos de revisão da língua têm ocorrido. A ideia é que as pessoas não sejam faladas, mas que falem por elas mesmas. E que o nosso idioma dê conta dessas transformações. Por isso, Grada Kilomba escreve e apresenta sua tese por diversos países europeus, ganhando espaço, em Portugal e no Brasil, só dez anos depois de publicada. Sua hipótese é de que essa demora se dá porque os discursos do passado colonial, com seus fortes acentos patriarcais, não o permitiram chegar antes. Ela diz que a língua portuguesa é problemática por priorizar o masculino na linguagem falada, como se esse modelo fosse universal e neutro. Exemplifica dizendo que os termos, primeiramente escritos em inglês, não têm gênero, mas que, em português, são reduzidos ao masculino, tais como *subject* é traduzido como “sujeito”; *object* como “objeto”, *other* como “outro”, entre outros termos, ao que ela nos recomenda subverter, tanto experimentando as propostas do uso de “x”, “@” e “e” para neutralizar a linguagem (Kilomba, p.15-21), quanto priorizando o feminino, tática que opto por utilizar ao longo desse trabalho.

O faço porque, ao pensarmos os contratos sociais, falamos sobre o lugar que as sujeitas ocupam nas relações e, como consequência, as suas possibilidades de escolhas.

Julia Cervera e Paki Franco (2006, p.5) colocam que “a língua não só reflete, mas também transmite e reforça os estereótipos e papéis considerados adequados para mulheres e homens em uma sociedade e que “existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos.” Sabemos que, hoje, havendo muitas pessoas em uma sala, e sendo apenas uma delas homem, nos referimos a todas elas no masculino, o que explicita uma reiterada hegemonia de poder, que coloca os homens como seres mais importantes do que as mulheres. Carla Cerqueira (2018) afirma que

esta dicotomização do mundo é muito visível nas várias formas de linguagem que usamos ou com as quais nos confrontamos no quotidiano, e é por isso que a preocupação com esta área vai surgindo em vários trabalhos e reflexões de teóricas feministas, nas agendas de organizações e coletivos da sociedade civil e das instâncias governamentais.

Grada Kilomba nos auxilia nessa reflexão, dizendo que “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade.” (2019, p.14). Escrevendo, portanto, no feminino, busco aqui realizar o exercício de reparar e curar a ferida patriarcal da língua portuguesa. Assim, podemos reconfigurar as relações de poder e, portanto, abrir espaço para a criação de formas mais equitativas de relacionamentos entre mulheres e homens na nossa sociedade.

## **2.2 Lugar de Fala**

A partir das provocações de Grada Kilomba e continuando nossa compreensão a respeito do efeito da linguagem no modo como se dá a constituição de sujeitas e, por consequência, de um lugar social, que gera efeito na maneira como compreendemos o mundo, nos vale, também, pensar a respeito do conceito de lugar de fala, construído pela autora Djamila Ribeiro – mulher negra brasileira, filósofa e que escreve sobre feminismo negro, sofrendo influência das produções de Simone de Beauvoir e de Judith Butler.

Em seu livro, cujo título é em si mesmo uma reflexão filosófica: “O que é lugar de fala?”, quebra silêncios instituídos e dá voz a mulheres intelectuais negras e latinas ao longo da história, contribuindo, assim, com a criação de novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade.



Na sua exposição sobre a elaboração do conceito, Ribeiro (2017) parte da premissa foucaultiana de discurso, no sentido de um sistema que estrutura um determinado imaginário social, que reflete poder e controle. O lugar de fala, portanto, trata-se de um espaço de autorização discursiva de determinado segmento social, que se apresenta, inclusive, a partir da mídia. Márcia Amaral (apud Ribeiro, 2017, p.32) afirma que lugar de fala é “instrumento teórico – metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos às falas das fontes e dos leitores”. Ou seja, a imprensa – meio pelo qual informamos e somos informadas sobre os acontecimentos cotidianos – também reflete o que se fala, sobre quem se fala, como se fala e que espaço esse falar recebe nas publicações, seja por via radiofônica, televisiva, impressa ou em redes sociais. Geralmente, os veículos “alternativos” dão mais espaço às falas populares; enquanto os veículos de maior circulação refletem a visão empresarial de suas proprietárias, que geralmente são famílias brancas no contexto da América Latina, o que apaga a representatividade da diversidade dos países desse território. O lugar de fala da imprensa popular estaria, portanto, para além do sensacionalismo midiático vigente

[...] no lugar do sensacionalismo, rótulo que nos indica a intensidade de sensações geradas por estratégias como invenções, exageros, distorções e omissões, lugar de fala busca explicar porque a imprensa dirigida a esse público opera com Modos de Endereçamento distintos dos usados na imprensa de referência e constrói sua credibilidade de outras maneiras. Do nosso ponto de vista, o lugar de onde fala o segmento popular da grande imprensa é diferente do lugar de onde fala o segmento de referência. (Amaral apud Ribeiro, 2017, p.33)

Ribeiro aponta que, disseminando discursos diversos, a imprensa popular realiza uma quebra da visão dominante e caracteriza-se como um lugar de fala mais amplo a partir das conquistas dos movimentos sociais e, inclusive, do debate virtual, que hoje atua como ferramenta política. A ideia é que, desde o debate estrutural, abordando as relações de poder, não estaríamos mais refletindo a respeito de experiências individuais, mas entendendo como o lugar social de certos grupos restringe ou amplia suas possibilidades, inclusive cidadãs. A autora salienta que é necessário que entendamos melhor as categorias de gênero, raça, classe e sexualidade como dispositivos fundamentais para que não produzamos mais grupos subalternos e possamos diminuir as desigualdades sociais, transformando, assim, as relações. Do contrário, as mesmas vozes que há séculos ocupam posições de poder é que continuarão sendo escutadas, tal como ela nos instiga a pensar com perguntas importantíssimas a seguir (Ribeiro, 2017, p.36):

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: **quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade, leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos os sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas?**

Tais experiências ou, no caso das pessoas negras, não experiências, advindas do lugar social, tendem a continuar impedindo que certos grupos saiam de uma situação de vulnerabilidade, ocupem lugar de sujeitas e passem a falar por si mesmas. No contexto do Brasil, por exemplo, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado<sup>13</sup>, é alto o índice de feminicídio de mulheres, principalmente negras, que são, também, a maioria no trabalho doméstico e terceirizado, o que se reflete nas políticas.

A Reforma da Previdência, que caminha no congresso sob a forma da Proposta de Emenda Constitucional número 287, prevê aumentar o tempo de contribuição para 25 anos e a idade mínima para 65 anos para as mulheres. Essa medida não leva em consideração a divisão sexual do trabalho imposta em nossa sociedade. Vale dizer, pois mulheres ainda são aquelas moldadas para desempenhar o trabalho doméstico e obrigadas a serem as maiores responsáveis pela criação dos filhos. Mulheres, sobretudo, negras, partem de pontos diferentes e consequentemente desiguais. (Ribeiro, 2017, p.37)

Pensar o lugar de fala, portanto, nos auxilia a romper com concepções universais sobre o ser homem, ser mulher, feminidade, masculinidade, cisnormatividade, heteronormatividade etc. As identidades possuem diversos recortes sociais que nos fazem singulares nesse mundo e, a cada novo aspecto que nossa sociedade se permite ver e escutar, caem por terra visões individualizantes do sofrimento psíquico e passamos a perceber a importância de, no campo psi, estudarmos os contextos socioculturais das pessoas com quem e para quem trabalhamos a fim de que não reproduzamos violências hegemonicamente naturalizadas pelos discursos e possamos promover a multiplicidade das vozes.

---

<sup>13</sup> São 63 mortes por dia, que totalizam 23 mil vidas negras perdidas pela violência letal por ano, conforme destacado pela campanha Vidas Negras, lançada pelas Nações Unidas no país em novembro de 2017.

Nesse sentido, articular o conceito de lugar de fala com as produções psicanalíticas é um ato político que faz jus ao nosso tempo. No Brasil, entre outras personalidades, Patricia Porchat – psicanalista branca em diálogo com outras psicanalistas da América Latina – tem realizado um trabalho de rever os pressupostos da teoria psicanalítica, principalmente aqueles que se articulam à temática de gênero e sexualidade. Seu trabalho conversa com o de Djamila Ribeiro por ambas terem Judith Butler como sua interlocutora, porém Porchat (2018) aponta que, na Argentina, a temática “Gênero e Psicanálise” e os textos de Butler já estavam em diálogo desde 1980 e que suas primeiras leituras a esse respeito foram em espanhol – tal como nesse trabalho também faço com muitas citações de autoras argentinas. Sobre sua experiência pessoal, ela diz que “em 2007, quando defendi minha tese de doutorado, ninguém falava disso no Brasil. Foi impressionante ver como, em 10 anos, o gênero passou a ser discutido em quase todas as instituições psicanalíticas e Judith Butler se tornou uma autora de referência para a psicanálise” (Porchat, 2018, p.38). Ela sublinha que, na psicanálise, “o debate sobre igualdade, desigualdade, identidade e diferença de gênero só teve lugar quando a reivindicação de um lugar de fala veio das transexualidades e travestilidades” (Porchat, 2018, p.40), principalmente porque foi a partir daí que se expandiu o debate não apenas sobre a despatologização desse modo de existência, como também se pôs o dedo na questão da diferença sexual – o que levou a psicanálise a finalmente se apropriar do conceito de “gênero” como também integrante da sua epistemologia. A autora trouxe, então, uma pergunta-dispositivo para esse debate: “Quais psicanalistas e quais teorias podem criar conceitos? (Porchat, 2018, p.38)”

A partir da leitura de “O segundo sexo”, escrito em 1949 por Simone de Beauvoir, Djamila Ribeiro (2017) comenta que as mulheres costumam estar enredadas na má-fé de dominação dos homens, que as observam a partir de uma ótica colonizadora sobre seus corpos, saberes e produções. Em seus estudos sobre gênero, a pensadora francesa compreende que a mulher não seria, portanto, pensada a partir de si mesma, mas em comparação ao homem, ou seja, “a mulher é aquela que não é homem”, ao que denominou categoria Outro beauvoriano. Esse Outro seria um artifício humano de sempre pensarmos uma coletividade a partir de quem está dentro e de quem está fora. As mulheres, na psicanálise, foram colocadas, pelos homens autores, nessa posição de estrangeiras, de fora, que é quem presta serviços para quem está dentro, sendo vistas como objetos, portanto.

Grada Kilomba, Djamila Ribeiro, Patrícia Porchat e tantas outras mulheres intelectuais assumem ser autoras de conceitos. Por isso, opto aqui por escrever esse trabalho a partir delas, colocando à tona suas produções, para que, no lugar de objeto, sejam vistas como sujeitas, validando a ética psicanalítica da alteridade e retomando os escritos de muitas mulheres ficaram escondidos ao longo da história. Ao lado dos homens brancos, mulheres brancas, negras, travesti, homossexuais etc. são também agora vistas como autoras.

### 3 AFORISMOS PSICANALÍTICOS

Algumas frases, sendo breves e precisas, atuam como provérbios populares e ganham efeito de verdade. A busca é, em poucas palavras, traduzir e expressar uma realidade comum. Tais frases, conhecidas como aforismos, podem nos ajudar ao falarem diretamente com o inconsciente. E podem nos prejudicar ao falarem diretamente com o inconsciente. A diferença se faz pelo contexto que as nutre e envolve seus significados e, também, pela posição fantasmática de quem as criou. No caso da psicanálise, por exemplo, Iaconelli (2018a) sublinha que foi só depois de Anna O. ter ordenado que seu médico, Freud, a escutasse e de ele ter sustentado esse pedido que a psicanálise foi criada. “No mito dessa ‘Criação’, a mulher surge como paciente, é a partir desse lugar que ela fala - e do qual ela é falada “(Larissa Silva, 2019, p.8).

Recuperar esse contexto e os demais âmbitos de elaboração de aforismos psicanalíticos, de acordo com valores desejáveis, é importante para que tais frases não sejam doutrinárias e possam adentrar o campo da polissemia, ou seja, dos diversos significados, de acordo com quem, quando e como a escuta.

Sim, sim, por favor, nada de referências aos livros. Os homens tiveram todas as vantagens contra nós ao contarem sua própria história. Tiveram sempre uma educação muito superior, a pena estava em suas mãos. Não admito que os livros provem coisa nenhuma. (Austen, 2014)

Na psicanálise, os aforismos têm efeito cultural, político e clínico. Formam subjetividades ao se transmitirem às analistas. O lugar a partir de onde os escutamos articula-se a esse efeito em nossas práticas diárias. Sabendo que, no século XXI, ainda bebemos de muitas escutas dos primórdios da psicanálise, busco aqui rever dois dos aforismos psicanalíticos – elaborados por homens: um por Freud e outro por Lacan – pautada por uma busca que veja mulheres e homens na posição de sujeitas e por uma contribuição pós-patriarcal de seus significados em um mundo em que, hoje, as mulheres também têm a pena em suas mãos.

#### 3.1 O que quer um(a) mulher?

Sigmund Freud - homem, branco, cisgênero, austríaco, judeu e nascido em 1856 - foi neurologista, psiquiatra e autor da psicanálise junto das mulheres que escutava. Ainda no início do seu percurso como psicanalista, interessou-se pela mulher e por sua sexualidade como temas de pesquisa e de análise. Conforme Silvia Nunes (2011), desde

os seus "Estudos sobre a histeria" (1977 [1893-1895]) até "Análise terminável e interminável" (1997 [1937]), pensou e refletiu sobre a feminilidade, desenvolvendo diferentes perspectivas, que eram ricas em reflexões e proposições, porém recheadas de conflitos e de contradições. É nesse contexto, em 1932, que ele endereça a Marie Bonaparte, sua analisanda, uma pergunta-enigma: "o que quer um(a) mulher<sup>14</sup>?". Em suas próprias palavras, revela: "A grande pergunta que não foi nunca respondida e que eu não fui capaz ainda de responder, apesar de meus trinta anos de pesquisa sobre a alma feminina (Célia Bertin, 1989, p.250).

Desse acontecimento, é interessante observar o limite de Freud, em um espaço inconsciente de livre-associação e depois de tantos anos de estudo, em pensar o desejo dito feminino e em poder lançar tal questionamento a uma mulher que ele considerava diferenciada, por ter ousado, naquela época, correr atrás de seu desejo e tornar-se psicanalista. Com argumentos calcados na biologia, os médicos desse período histórico defendiam a fixação da mulher à função materna, ao lar e ao casamento heterossexual. Londa Schiebinger (1991) elucida que eles buscavam naturalizar e caucionar, a partir do argumento de racionalidade científica, a dominação da mulher pelo marido, num projeto político que fechava, às mulheres, as portas para qualquer outra forma de inscrição social. No entanto, tal movimento entrou em contradição com o modelo social-liberal emergente, que propunha direitos iguais à população. A negação do espaço público e do estatuto de cidadãs, às mulheres, colocou em cheque o núcleo familiar burguês da Belle Époque. De acordo com Silvia Nunes (2011):

Esse dilema foi resolvido pela ancoragem da diferença sexual e cultural dos sexos em uma biologia da incomensurabilidade, na qual homens e mulheres foram pensados como radicalmente diferentes (Laqueur, 1987). A reinterpretação do corpo feminino e da diferença entre os sexos foi a maneira encontrada de restabelecer, num outro registro, a hierarquia entre homens e mulheres. Vemos surgir, então, uma ligação fundamental entre o sexo feminino e a maternidade, inexistente até aquele momento, com a construção da ideia de instinto materno (Badinter, 1985).

Com sua pergunta-enigma, Freud colocou em questão as teorias científicas que circunscreviam o desejo feminino à maternidade e à vida doméstica. Porém, em suas próprias formulações, reforçou estereótipos sobre tal gênero. Foi categórico ao afirmar a

---

<sup>14</sup> De acordo com as diferentes traduções do texto, a pergunta aparece tanto com o artigo definido (a) quanto com o artigo indefinido (uma), de modo que opto por brincar com tal diferença a partir do uso de "um(a)", a fim de que observemos os efeitos do uso de uma ou de outra opção, como será trabalhado na sequência a partir do aforismo lacaniano "a mulher não existe".

hipótese de primazia do falo ao desenvolver a teoria da essencialidade do Édipo como fenômeno fundamental para a estruturação da sexualidade (1996 [1924]) em sua obra “A Dissolução do Complexo de Édipo. Na sequência, na conferência “Feminilidade”, Freud (apud Bonfim & Vidal, 2009) afirma que “para a menina tornar-se uma mulher, ela deve mudar de objeto amoroso da mãe para o pai e também de zona erógena, já que o clitóris se comporta para ela como órgão genital, sendo a vagina uma região do corpo até então desconhecida” e, também, que, "por muitos anos, a vagina é virtualmente inexistente e, possivelmente, não produz sensações até a puberdade".

Dessas proposições, Freud coloca a mulher numa posição de vir-a-ser, e não como ser. "A feminilidade da mulher deriva de 'ser castrada': mulher é aquela cuja falta fálica a incita a se voltar para o amor de um homem." (Soler, 2005, p. 26). Mais adiante, o autor também sugere que tal falta se solucionaria pelo desejo de ter um bebê, ou seja, de possuir o próprio falo. Jones (apud Flavia Bonfim & Paulo Vidal, 2009) afirma que “há uma saudável e crescente suspeita de que os analistas homens são levados a adotar uma visão falocêntrica injustificada dos problemas em questão, sendo, em contrapartida, subestimada a importância dos órgãos femininos."

Sabendo que, em psicanálise, o desejo não é algo inato, mas que se formula a partir de um trabalho de elaboração psíquica (que começa com o incômodo pulsional do desprazer e incita ao prazer, sendo condição de possibilidade do querer dentro da história emocional de cada uma – vivido de acordo com o contexto histórico e cultural ) talvez por encontrarem esses caminhos limitantes do desejo é que as mulheres da Belle Époque apresentassem tantos sintomas histéricos. Elas queriam mais saídas - além daquelas que os homens propunham - para suas satisfações pessoais. Afinal de contas, o desejo é o que move as sujeitas para a vida.

Tais concepções masculinas limitantes sobre a feminilidade atravessaram a psicanálise, inclusive, nos seus aforismos, reproduzindo um modo de saber pautado na ideia de homens completos e de mulheres faltantes: “Se o homem está inteiro, então a mulher tem algo a menos”<sup>15</sup>(Lemoine Luccioni, 1982, tradução nossa).

A questão freudiana “o que quer uma mulher?”, elaborada a partir de um substantivo singular (mulher), por um lado se pergunta sobre o desejo da semelhante, do outro sexo ao qual não pertence; por outro lado, apresenta um ponto de vista total deste gênero, como se todas as mulheres correspondessem a um único modo de ser no mundo,

---

<sup>15</sup> Trecho original: “Si el hombre está entero, la mujer tiene algo de menos”

que é voltado a uma dependência masculina. Tal premissa coloca os homens no centro e, a partir daí, se desenvolviam os pactos e contratos sociais: fato que torna essa pergunta freudiana tão pertinente ainda hoje, na medida em que reflete o mal-estar relativo aos impasses colocados pelas escolhas e pelos desejos femininos que exploram um ideal materno (Nunes, 2011). E, aqui, pode-se pensar o materno não apenas como a mãe de uma bebê, mas daquela que está, no mundo, para cuidar. Cuidar, inclusive, dos homens adultos.

Segundo a autora, teses freudianas sobre a mulher e sua sexualidade são tributárias de uma determinada concepção sobre o feminino, elaborada na aurora da modernidade europeia, que marcou as sociedades ocidentais. Concepção que Freud adotou de início, mas que problematizou ao longo de seu percurso, na medida em que sua experiência clínica apontava os impasses resultantes do confronto entre essa concepção e as aspirações e desejos das mulheres em suas vidas (Nunes, 2011).

Sabendo, portanto, que a teoria psicanalítica se refaz a partir da clínica, faz-se necessária uma revisão e uma reformulação sobre as bases teóricas que respaldam nossa escuta sobre o desejo das mulheres. Nesse sentido, ao invés de perguntar o que quer uma mulher, as psicanalistas argentinas lançam novos questionamentos. Débora Tajer dá um passo atrás e pergunta “qué quiere un hombre?”, já Ana María Fernández vai além. Em seu livro “A Mulher da Ilusão: Pactos e Contratos entre Homens e Mulheres”, dá dois passos pra frente e nos instiga questionando: “o que é uma mulher?” e responde:

A Mulher é uma ilusão. Uma invenção social compartilhada e recriada por homens e por mulheres. Uma Imagem produto do entrecruzamento de diversos mitos do imaginário social, desde o qual homens e mulheres – em cada período histórico – tentam dar sentido às suas práticas e aos seus discursos. Ilusão, mas de tamanha potência que consolida efeito não somente sobre práticas e discursos, mas também sobre os processos materiais da sociedade. Ilusão, mas de tamanha força que produz realidade: é mais real do que as mulheres.<sup>16</sup> (Fernández, 2017, p.22, tradução nossa).

Dessa elaboração, chama a atenção que a autora inicie a pergunta no singular (mulher) e termine sua resposta no plural (mulheres). Também é relevante que ela, como psicóloga, faça perguntas; e que, como psicanalista, escolha a palavra “ilusão” como

---

<sup>16</sup> Trecho original: “La Mujer es una ilusión. Una invención social compartida y recreada por hombres y mujeres. Una Imagen producto del entrecruzamiento de diversos mitos del imaginario social, desde el cual hombres y mujeres – en cada período histórico – intentan dar sentido a sus prácticas y discursos. Ilusión, pero de tal potencia que consolida efectos no sólo sobre prácticas y discursos, sino también sobre los procesos materiales de la sociedad. Ilusión, pero de tal fuerza que produce realidad: es más real que las mujeres.”



resposta ao enigma, já que pensar o efeito das ilusões e das decepções é essencial para que as analisantes possam transpassar suas fantasmáticas e se colocar no lugar de sujeitas desejantes.

Diferentemente do que propôs Freud com sua pergunta, ainda que estejamos em rede e que o coletivo nos proponha caminhos por vezes normativos, nós não somos todas iguais e buscamos ampliar o campo de possibilidade de ações. Porém, em consonância com o que propôs o autor sobre a ética da escuta psicanalítica, é necessário que cada pessoa seja vista – tanto em análise quanto nas práticas diárias - a partir da ótica da singularidade. Em cada escuta, novos significantes advêm e tornam o trabalho analítico um novo recomeço. Afinal de contas, o saber não é certo, mas suposto.

“Afinal, o que querem as mulheres? Muitas e diversas coisas, certamente, mas quando damos ouvidos às suas queixas, como fez Freud com suas histéricas, descobrimos que, antes de tudo, elas querem liberdade e condições que lhes permitam desejar sem precisar pagar o alto preço da culpa (Nunes, 2011)”

### **3.2 A mulher não existe.**

Jacques Lacan - homem, branco, cisgênero, francês e nascido em 1901 – foi médico psiquiatra e psicanalista que se opôs às pós-freudianas, propondo um retorno a Freud, trazendo um pensamento mais estruturalista à psicanálise a partir da linguística e da antropologia, dando origem a uma nova corrente: o lacanismo.

Ele é autor de um dos aforismos mais famosos na psicanálise: “a mulher não existe”, o que gera muitas polêmicas constantemente. Aqui buscarei fazer uma leitura dessa ideia a partir de um diálogo com a psicanalista Maria Homem e de outras autoras mulheres, como continuação da proposta de María Fernández de que a mulher é, afinal de contas, uma ilusão. Ou, nas famosas palavras de Simone de Beauvoir (1980): “não se nasce mulher, torna-se mulher”, já que ser mulher seria uma forma performática, advinda das práticas e dos discursos, de habitarmos o mundo.

Em sua fala no canal Casa do Saber, Maria Homem (2018) atenta ao fato de o aforismo “a mulher não existe” iniciar pelo “a”, como um artigo definido que supostamente abarcaria todas as variabilidades e as parcialidades do ser mulher. Ou seja, é essa mulher, como um manancial único, que não existe. Existem, sim, muitas mulheres. Por conseguinte, poderíamos dizer que “as mulheres existem” e é preciso contá-las uma a uma. Não haveria o objeto da completude, representante do falo e, nesse sentido, o

raciocínio de Lacan é potente, porque humilde ao aceitar que a ideia de uma totalidade absoluta é um delírio. A autora afirma que somos, portanto, pequenas viajantes num dado momento histórico, num tempo e num espaço muito restritos e respiramos esse ar no agora, sendo, desse modo, singulares. Compreendendo essa ideia, poderíamos nos dispor de um delírio comum de que somos ou de que haveria uma messias e, assim, nos desapegar dessa suposição de uma totalidade, seja ela passada, presente ou vindoura.

Por outro lado, Maria Homem (2018) continua analisando que, durante suas produções, Lacan não afirma que “o homem não existe” e aqui se explicita uma das incongruências da sua teoria. Embora avance de forma extraordinária ao compreender o falo para além do pênis - como o significante estruturador do desejo humano, que circularia nas relações - reafirma a concepção freudiana da anatomia como destino<sup>17</sup> (mesmo que, ao longo dos acidentes edípicos, pudessem ocorrer inversões, inibições etc.) ao pensar sobre a feminilidade, não colocando em xeque as formações da masculinidade, que continuam preservando, simbolicamente, o lugar do homem como fálico, no sentido de haver um atributo que designaria esse lugar e, mais: posicionando a mulher como objeto de causa do desejo (Silva, 2019, p.25). “Há, portanto, no ponto de vista de Freud, um contraste entre ambos os sexos: o menino apenas ressignifica a falta de pênis na menina quando uma ameaça de castração chega a influir sobre ele” e “ a divergência que nessa fase existe entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino seria, portanto, uma consequência da diferença anatômica entre os genitais e da situação psíquica nela implícita” (Prates, 2018, p.55).

Maria Homem, contudo, aposta que, enquanto sociedade, talvez já tenhamos condições de viver sem colocar um significante, um paradigma ou alguma outra coisa fora, como se houvesse um centro e uma periferia, uma denominação e algo que escapa a essa denominação. Nesse caso, o fálico masculino e o não-todo fálico do gozo feminino. Ela propõe que ainda que, teoricamente, tal proposição venha nos auxiliando a pensar as práticas psicanalíticas, estaríamos num momento em que a psicanálise poderia pensar seus pressupostos, abrindo mão de uma referência de todo, de um lugar primeiro. E, aí, a psicanalista nos provoca: “será que o homem existe?”

Pensando sobre essa pergunta, em diálogo com essa proposição ética de não haver totalidade, surgem então as teorias de gênero e a partir dela poderíamos então pensar a

---

<sup>17</sup> Tal concepção se revela já no título do texto: “Algumas consequências psíquicas da diferença sexual anatômica”, de 1925.

diferença sexual, concebendo, em suas palavras, que existe um do real do corpo<sup>18</sup>. Abrindo mão de um paradigma hierárquico, habitamos um espaço em que estamos aptas a olhar tanto para nossas possibilidades, quanto para nossos limites, já que nem tudo é possível, ainda que muitos caminhos sejam possíveis. Habitamos o mundo, portanto, no aqui, no agora, com um corpo e de uma certa maneira. Apropriando-nos dessa forma, podemos, portanto, gozar de formas próprias. Afinal de contas, “não há pedagogia para o gozo: nas palavras do poeta, ele não tem governo nem nunca terá, e escolhe seus próprios caminhos, escrevendo certo por linhas tortas e, por vezes, tortuosas” (Prates, 2018, p.52).

Ao pensamento de Maria Homem, acrescento a ideia de que existem as multiplicidades sexuais, já que os corpos estão para além das concepções biológicas de macho e de fêmea. A partir do contato com experiências de pessoas transsexuais, Ana Laura Prates (2018) entende que a concepção da anatomia como real do sexo é uma sobreposição do discurso da ciência com o que chamamos de real em psicanálise, tendo efeitos reducionistas na nossa forma de pensar as diferentes formas de gozo. Ela diz que é a partir do Renascimento que a anatomia se torna o centro das atenções tanto na medicina quanto nas artes. A entrada do corpo no discurso da ciência ocorre pela via do cadáver. É nesse momento que, a partir de pesquisas nesses corpos mortos, que se observam leis específicas anatômicas e, nesse período, substituem-se as leis de causalidades religiosas pelas causalidades físicas. “Governar o corpo passou a ser condição para governar a sociedade, administrar os afetos e domar as emoções” (Prates, 2018, p.53).

Os mapas anatômicos passaram a classificar as partes dos corpos a partir de seus próprios critérios citológicos e funcionais para pensar, inclusive, as formas de gozo. A autora afirma que tal discurso foi subvertido pela escuta de Freud às histéricas, que “através de seus sintomas e conversões contraria a anatomia, criando seus próprios mapas paradoxais de paralisia e dor. O corpo da histérica não é o corpo anatômico e, tampouco, o corpo gozante o é, como a psicanálise verifica em sua experiência cotidiana” (Prates, 2018, p.53). Com seus próprios corpos, as denominadas “histéricas” resistiram aos limites culturais para reivindicar seus desejos.

Já o debate pós-freudiano, em Lacan, aponta que tanto as ideias de inveja do pênis quanto a angústia de castração são dois posicionamentos subjetivos distintos em relação

---

<sup>18</sup> O termo também é considerado um aforismo psicanalítico. Tem gerado muitas controvérsias e reinterpretações a respeito da sua real validação, já que, muitas vezes, é utilizado como aspecto moral e reproduz lógicas que ligam o real psicanalítico ao discurso biológico da medicina.

ao significante fálico. “As relações entre os sexos, assim, regulam-se pela dialética do ser ou ter o falo, pois é sob um véu que ele cumpre sua função. O falo, esse órgão passado ao significante, constitui artifício, forjado pela cultura, para lidar com o gozo inalcançável, e é a partir dessa artificialidade que se dá, no ser humano, o posicionamento sexual.” Daí a importância da proposta lacaniana de que o inconsciente se articula como linguagem, pois ela se dá, sempre, em relação ao plano da cultura em que estamos.

A partir de uma reflexão sobre um aforismo freudiano e um lacaniano, a ideia é que possamos percorrer a teoria psicanalítica, buscando rever os pressupostos a partir dos quais ela veio sendo consolidada. Notamos que o gênero de quem a escreve tem efeitos, pois vemos o mundo a partir de algumas lentes, e não de outras. Por isso, se faz importante um constante diálogo que abarque as diferenças sociais para que nossos conceitos teóricos estejam abertos a se repensarem a partir da prática clínica e da escuta da cultura de nossa época. Prates (2018, p.56) nos instiga ao propor que “do ponto de vista ético, sempre cabe ao analista pedir ao sujeito que preste conta de sua identificação, suas escolhas objetais e seu modo de gozo, estando eles ou não de acordo com o sexo anatômico ou com a identidade civil do indivíduo”. Contribuindo, Nye (apud Carla Françaia, 2018, p.74) acrescenta que

a tarefa da analista mulher é não apenas negativa, não apenas desagregação das categorias patriarcais, é também uma revelação. Para essa revelação é preciso que haja algo a ser revelado, isto é, deve haver uma substância feminina que as palavras dos homens ocultaram. A exposição de Freud e Lacan por Irigaray é não só desagregadora; abre caminho para um novo tipo de pensamento feminista. Uma vez que a simples presença/ausência da lógica fálica seja abandonada, o feminismo pode aparecer como um valor em seu pleno direito, abrindo o caminho, segundo Irigaray, para uma diferença de sexos real, e não simulada, na qual ambos os sexos sejam valorizados.

#### 4 A ORIGEM DO PATRIARCADO

Entre as figuras influentes que dedicaram sua vida aos estudos da História da Mulher, esteve a austríaca, branca, escritora e historiadora Gerda Lerner, que escreveu a obra “A Criação do Patriarcado”.

Nesse escrito, (Lerner, 1986) nos marca que o patriarcado é uma criação histórica elaborada por homens e mulheres ao longo de 2.500 anos, processo que iniciou no estado arcaico. De acordo com a autora, a origem da família patriarcal se desencadeia a partir do acúmulo de excedentes com o desenvolvimento da agricultura durante o período neolítico. Tal sistema originou uma sociedade de classes, que se expressou, também, em termos de gênero e de raça. O poder se dava a partir da conquista de territórios, da compra de escravas e da apropriação das mulheres enquanto mercadoria pelos homens brancos, que futuramente transmitiam suas posses a seus filhos homens. Nesse contexto, a sexualidade das mulheres brancas – seus serviços sexuais e direitos reprodutivos – passaram a ser negociados no matrimônio para proveito de suas famílias, enquanto as mulheres e os homens negros eram negociadas como escravas.

Visto que sua sexualidade, um dos aspectos dos seus corpos, estava controlada por outros, as mulheres, além de estar em desvantagem física, eram reprimidas psicologicamente de uma forma muito especial. Para elas, assim como para os homens de grupos subordinados e oprimidos, a história consistiu na luta pela emancipação e na liberação da situação de necessidade. Porém, as mulheres lutaram contra outras formas de pressão e de dominação distintas que a dos homens, e sua luta, até a atualidade, ficou por trás deles<sup>19</sup> (Lerner, 1986, p.312, tradução nossa).

De acordo com o gênero, portanto, foram denominados alguns papéis sociais para as mulheres: escravas, concubinas e esposas. Essas últimas eram brancas e detentoras de alguns privilégios, pois poderiam desfrutar da propriedade de seus maridos e obtinham direitos legais pelo casamento. Porém, em todos os casos, as mulheres estavam sexual e reprodutivamente controladas por homens. Tal poder expandiu-se ainda mais a partir da detenção dos meios de produção durante a sociedade mesopotâmica. A conduta sexual das mulheres passou, então, a determinar o quão respeitáveis elas eram de acordo com o julgamento de seus pais e maridos– os patriarcas. Já as mulheres que não prestavam

---

<sup>19</sup> Trecho original: “Puesto que su sexualidad, uno de los aspectos de su cuerpo, estaba controlada por otros, las mujeres, además de estar en desventaja física, eran reprimidas psicologicamente de una manera muy especial. Para ellas, al igual que para los hombres de grupos subordinados y oprimidos, la historia consistió en la lucha por la emancipación y en la liberación de la situación de necesidad. Pero las mujeres lucharon contra otras formas de presión y dominación distintas que las de los hombres, y su lucha, hasta la actualidad, há quedado por detrás de ellos.”

serviços sexuais - solteiras, monjas e lésbicas – obtinham um status social mais baixo na sociedade e estavam dependentes da proteção e dos recursos dos homens de suas famílias. Caso não seguissem a conduta determinada por eles, perderiam sua posição social. Nesse período, inclusive, os conventos passaram a ser um espaço de refúgio no qual essas mulheres poderiam conservar sua respeitabilidade. Nesse sentido, a autora nos evidencia que “ é fato que, em toda história, até a metade do século XX, no mundo ocidental, e hoje ainda é, em muitos dos países subdesenvolvidos, que o grupo de mulheres independentes e que se mantem a si mesmas (...) é muito pequeno e, em geral, muito vulnerável aos desastres econômicos” <sup>20</sup>(Lerner, 1986, p.314, tradução nossa).

Gerda Lerner também nos esclarece a relação entre a criação do Estado e do patriarcado - enquanto um sistema desigual de inúmeros recortes sociais, principalmente o de gênero - dizendo que, assim como o Estado repartia entre os homens de poder os recursos da sociedade, esses homens distribuía seus recursos entre sua família. Os chamados “cabeças de família” tinham o controle, portanto, de suas parentes mulheres e de seus filhos menores, assim como o rei controlava seus soldados. Para além das alterações patriarcais que forem ocorrendo nas famílias ao longo da história, o controle da conduta sexual das cidadãs sempre foi uma medida adotada pelas sociedades estatais:

A família patriarcal tem sido extraordinariamente flexível e tem variado segundo a época e os lugares. O patriarcado oriental incluía a poligamia e a reclusão das mulheres em haréns. O patriarcado na antiguidade clássica e na sua evolução europeia está baseado na monogamia, porém em qualquer de suas formas fazia parte do sistema o padrão de duplo sexo, que é prejudicial à mulher. Nos modernos estados industriais, como por exemplo os Estados Unidos, as relações de propriedade no interior da família se desenvolveram dentro de uma linha mais igualitária que naqueles onde o pai possuía autoridade absoluta e, claro, as relações de poder econômico e sexual dentro da família não se alteraram necessariamente. Em alguns casos, as relações sexuais são mais igualitárias ainda que as econômicas sigam sendo patriarcais; em outros casos, se produz a tendencia inversa. Em todos eles, contudo, essas mudanças dentro da família não alteram a predominância masculina sobre a esfera pública, as instituições e o governo <sup>21</sup>(Lerner, 1986, p.315, tradução nossa).

---

<sup>20</sup> Trecho original: “Es cierto en toda la historia hasta la mitad del siglo XX em el mundo occidental, y hoy día todavia lo es em muchos de los países subdesarrollados que el grupo de mujeres independientes y que se mantienen a sí mismas (...) es muy pequeno y, por lo general, muy vulnerable a los desastres económicos”.

<sup>21</sup> Trecho original: “La familia patriarcal há sido extraordinariamente flexible y há variado según la época y los lugares. El patriarcado oriental incluía la poligamia y la reclusión de las mujeres en harenes. El patriarcado en la altiguedad clásica y en su evolución europea esta basado em la monogamia, pero em cualquiera de sus formas formaba parte del sistema el doble estándar sexual que iba em detrimento de la mujer. Em los modernos estados industriales, como por ejemplo los Estados Unidos, las relaciones de

A família como a entendemos hoje na sociedade ocidental é, portanto, reflexo da ordem imperante do Estado e o sistema patriarcal opera pela própria cooperação das mulheres, inclusive. Essa cooperação se dá por diversos fatores, tais como a privação das mulheres ao ensino, a proibição de que conheçam sua própria história, a divisão entre as mulheres a partir da ideia de que algumas são respeitáveis e outras não e o fato de que as mulheres melhor beneficiadas economicamente por esse sistema se conformam com o privilégio de classe a que têm acesso. Desse modo, todas essas são estratégias modelam que psicologicamente as mulheres para que se sintam inferiores e se mantenham ignorantes, subordinadas e sem autoestima.

“Durante quase quatro mil anos as mulheres desenvolveram suas vidas e agiram às sombras do patriarcado, especificadamente a uma forma de patriarcado que poderia ser melhor definida como dominação paternalista”<sup>22</sup>(Lerner, 1986, p.316). Há, portanto, um grupo que domina e se sente superior e outro que é subordinado e se sente inferior, formando uma relação a partir da qual os homens exercem um monopólio masculino das definições familiares. Numa família patriarcal, a subordinação dos filhos denominados “varões” é temporal e dura até que eles se tornem o cabeça de suas famílias, enquanto a subordinação das filhas e da esposa é para toda a vida e atua nos campos sexual, econômico, político e intelectual.

Intelectualmente falando, os homens também fizeram uso do campo simbólico para dominar as mulheres, apropriando-se da transformação dos principais símbolos femininos de poder: a deusa-mãe e as deusas da fertilidade. No lugar delas, explicaram o mundo a partir de seus próprios termos, tais como a metáfora irreal do poder de procriação masculino. Colocando-se no centro do discurso a partir da filosofia grega e nas teologias judaico-cristãs, foram vistos no lugar da norma, enquanto as mulheres ficaram na posição de inacabadas, mutiladas e sem autonomia.

Parte considerável desse processo tem relação com o fato de que, dominando sexual e reprodutivamente as mulheres, os homens acumularam recursos físicos e simbólicos. Tendo tempo para si, puderam elaborar o pensamento abstrato – aquele que

---

propiedad en el interior de la familia se desarrollan dentro de una línea mas igualitaria que em aquellos donde el padre posee una autoridad absoluta y, sin embargo, las relaciones de poder económicas y sexuales dentro de la familia no cambian necesariamente. En algunos casos, las relaciones sexuales son mas igualitarias aunque las económicas sigan siendo patriarcales; em otros, se produce la tendencia inversa. Em todos ellos, no obstante, estos cambios dentro de la familia no alteran el predominio masculino sobre la esfera pública, las instituciones y el gobierno”

<sup>22</sup> Trecho original: “Durante casi cuatro mil años las mujeres han desarrollado sus vidas y han actuado a las sombras del patriarcado, concretamente de una forma de patriarcado que podría definirse mejor como dominación paternalista”.

depende de observação, reflexão e, no mundo moderno, de leitura, para se expandir - à medida em que as mulheres cuidavam da prole e exerciam trabalho doméstico não-remunerado, não tendo tempo livre para dar saltos criativos nas ideias e ficando à serviço da sociedade. Enquanto os homens acreditaram que a Terra era plana, não puderam entender sua realidade, sua função e a verdadeira relação com seus outros corpos celestes.

Enquanto os homens acreditam que suas experiências, seus pontos de vista e suas ideias representam toda a experiência e pensamento humano, não somente serão incapazes de definir corretamente o abstrato, como também não poderão ver a realidade tal como ela é<sup>23</sup> (Lerner, 1986, p.319-310, tradução nossa).

Por isso, Gerda Lerner nos aponta que, para colocar em xeque a falácia androcêntrica elaborada pelas construções simbólicas da civilização ocidental, é necessário que reconstruamos radicalmente o pensamento e a análise sociais, compreendendo que a humanidade está formada por mulheres e homens e que as experiências, ideias e pensamentos de ambos os sexos precisam estar representadas nas generalizações que fazemos sobre o que é ser humana. Esse processo está, portanto, em marcha, e implica, concomitantemente, repensarmos os saberes desenvolvidos pela psicologia.

De acordo com a autora, um dos efeitos dessa dominação simbólica é o fato de que todas mulheres têm ao menos um “grande homem” ocupando espaço em suas cabeças e que a falta de conhecimento sobre o passado de outras mulheres as privou de heroínas femininas. Ela diz que as grandes pensadoras renovaram os sistemas ideológicos formulados por homens e, assim, estabeleceram diálogo com essas referências de suas cabeças:

Elizabeth Cadu Stanton o fez com a Bíblia, os pais da Igreja, os fundadores da república norte-americana; Kate Millet debateu com Freud, Norman Mailer e o mundo literário liberal; Simone de Beauvoir com Satre, Marx e Camus; todas as feministas marxistas que dialogaram com Marx e Engels e também com Freud. Nesse diálogo, a mulher simplesmente procura aceitar qualquer coisa que seja útil do grande sistema varão. Porém, nesses sistemas, a mulher – como conceito, entidade coletiva, indivíduo – está marginalizada ou se inclui neles <sup>24</sup>(Lerner, 1986, p.328, tradução nossa).

---

<sup>23</sup> Trecho original: “Mientras los hombres creyeron que la tierra era plana no pudieron entender su realidad, su función y la verdadera relación con los otros cuerpos celestes. Mientras los hombres crean que sus experiencias, su punto de vista y sus ideas representan toda la experiencia y todo el pensamiento humano, no sólo serán incapaces de definir correctamente lo abstracto, sino que no podrán ver la realidad tal y como es”.

<sup>24</sup> Trecho original: “Elizabeth Cady Stanton lo hizo con la Biblia, los padres de la Iglesia; los fundadores de la república norteamericana; Kate Millet debatió con Freud, Norman Mailer y el mundo literario liberal; Simone de Beauvoir con Satre, Marx y Camus; todas las feministas marxistas dialogan con Marx y Engels y algo también con Freud. En ese diálogo la mujer simplemente procura aceptar



Para a continuação dessa marcha, a autora nos aponta alguns caminhos possíveis. Ela nos sugere que recuperemos autoras ao longo da história, que nos unamos a outras mulheres para que possamos suportar a opressão de gênero e criar a partir dela e que notabilizemos as colchas de criatividade artística hegemonicamente femininas, tais como cartas, diários, orações, poesias e canções.

---

cualquier cosa que sea útil del gran sistema del varón. Pero en estos sistemas la mujer – como concepto, entidad colectiva, individuo – esta marginada o se la incluye en ellos”.

## 5 A LEI E A AFIRMAÇÃO DE EXISTÊNCIAS

Família<sup>25</sup>. Eis uma palavra que tem fomentado muita controvérsia nos campos das ciências da saúde, das humanas, das jurídicas, entre outras. Na Antropologia, não há consenso a respeito do conceito, embora a maioria das estudiosas concorde que, praticamente, em todas as sociedades observadas, existe uma instituição que pode se reconhecida como família, ainda que com configurações variadas. De acordo com Elizabeth Zambrano (2018, p.22), “o modelo familiar mais comum no Ocidente é a família nuclear, apoiada no fato irredutível até o momento, de que é necessário um espermatozoide de um homem e um óvulo de uma mulher para produzir uma criança”. Foi a partir dessa ideia que Freud embasou sua teoria para pensar o complexo de Édipo, o que na época foi um salto temporal, mas que hoje tem gerado muitos problemas quando pensamos outras configurações familiares, principalmente entre psicanalistas mais conservadoras, que resistem a rever seus pressupostos.

De que Édipo estamos falando quando enfocamos a família dos Nuer, cujo “pai” pode ser uma mulher estéril casada com outra cujos filhos são engendrados por um “auxiliar” homem que não tem outra função a não ser a doação de espermatozoide? Ou quando consideramos as famílias poliândricas do Tibete, onde uma mulher casada com um primogênito casa, sucessivamente, com todos os irmãos do seu marido, seus filhos pertencendo ao primogênito a quem chamam de pai, chamando de tio os outros maridos da mãe, ainda que um deles seja seu pai biológico? Ou, ainda, ao tratarmos da família dos trobriandeses cuja figura paterna é o irmão da mãe? E o que dizer do Édipo das configurações familiares atuais, em que os adultos parentais são do mesmo sexo, ou onde o pai social é a mãe biológica, ou mesmo quando o casal parental é formado por pessoas trans, exercendo papéis sociais opostos ao esperado por sua conformação anatômica de nascimento? (Zambrano, 2018, p.22-23)

Adicionaria, a essa lista de possibilidades, o número significativo de mães que cuidam sozinhas de suas filhas, em função de abandono parental<sup>26</sup>; ou avós, tias e outras parentes que ocupam a posição de cuidado, quando as mães estão ausentes; além das situações de adoção. A questão eminente é que, para além dos modelos propostos pelas

---

<sup>25</sup> A etimologia da palavra diz que família tem origem no latim “família” e significa grupo doméstico ou conjunto de propriedades de alguém, que inclui escravas e servas. Uma descrição mais atual presente no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de 1986, e na obra Conceito Jurídico de Família nas Constituições Brasileiras de 1824 à de 1988: Um Estudo Histórico-Historiográfico, escrito por Eloisa Tapia em 2012, compreende o termo como agrupamento humano formado por duas ou mais pessoas com ancestrais ou ligações afetivas em comum que, geralmente, vivem na mesma casa. Tal agrupamento pode ser formado por pessoas solteiras, casadas, hetero, homossexuais, entre outras constituições presentes em diversos contextos sociais.

<sup>26</sup> De acordo com o Censo Escolar, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e divulgado em 2013, há 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai na certidão de nascimento e 11,6 milhões de famílias são formadas apenas por mães solo, ou seja, mães que criam seus filhos sozinhas.

teorias psicológicas e psicanalíticas hegemônicas, existem infinitas outras formas de convívio diário ao redor do mundo, as quais implicam noção de parentesco e vínculos de filiação que resultam em famílias no plural. Ampliar esse olhar com novas lentes é um comprometimento com a própria proposta de Sigmund Freud, de que trabalhássemos sempre em constante leitura com os fenômenos da cultura e dos significantes de nosso tempo.

## 5.1 O Regime Jurídico

Em suas reflexões sobre problemas de gênero, Judith Butler (2019, p.19) nos apresenta que “o poder jurídico ‘produz’ inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva”. No Brasil, Jéssica Bomzanini (2014, p.7) nos esclarece que é somente com o advento da Constituição Federal de 1988 que as famílias constituídas não só por casamento, mas também originárias de uniões estáveis e de famílias monoparentais passaram a ter proteção. No caso das famílias homoafetivas, o direito foi reconhecido apenas em 2013, no entanto as famílias poliafetivas e paralelas continuam desamparadas legalmente pelo Estado. Vê-se, portanto, a interlocução entre as possibilidades de relação e a letra da lei para que os modos de se relacionar com a outra sejam reconhecidos como válidos no campo social, lógica que tem origem na instauração da instituição casamento.

O jurídico legitima, portanto, quais modos de se relacionar são validados por lei em nossa sociedade. Não quer dizer, no entanto, que não existam outras formas para além dele de estar junto. E, assim como temos observado através do resgate histórico da posição das sujeitas ao longo da história nos mais diversos campos – intelectual, familiar, filosófico e, inclusive, jurídico - legitimam-se ontologias sobre as formas de estar no mundo a partir de quem ocupa posições de poder, deixando as outras formas de existência como subalternas<sup>27</sup>.

A instituição casamento nasceu, como vimos ao longo da explanação sobre a origem do patriarcado em Gerda Lerner, a partir da necessidade que os homens tiveram de denominar o que era seu para transmitir a herança, o que resultou na criação de um

---

<sup>27</sup> No Brasil, desde que houve um movimento anti-PT (Partido dos Trabalhadores), que vinha sendo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva e por Dilma Rousseff ao longo dos anos 2000, gerando transformações sociais e estruturais no país, um discurso que defende o fato de a Terra ser plana, e não redonda, se expandiu, culminando, em 2018, na eleição de Jair Bolsonaro.

status de esposa e de herdeiras (de preferência, filhos homens) sobre os quais tinham posse, instaurando, assim, a monogamia como regime hegemônico de relação jurídica. Quanto à lógica da conquista da herança – entendida como excedente que se pode passar de geração em geração – a psicanalista argentina Renata Passolini falou sobre o mito do Cupido durante um congresso titulado *Debate sobre género: el machismo como discurso que nos atraviesa. La violencia en su entrecruzamiento con el discurso amoroso. Se puede educar a la pulsión? Que alternativas propone el psicoanálisis?*.<sup>28</sup> Durante sua fala, fez uma metáfora entre o uso que se fazia das flechas para conquistar territórios na antiguidade e das flechas usadas pelo Cupido para conquistar um coração, cruzando-o a partir de um disparo através dos sentimentos de amor e de paixão, que passa a ser de sua posse, quando atingido. É interessante que o deus Cupido, da mitologia romana, corresponde a Eros na mitologia grega, sendo filho de Vênus – a deusa do amor e da beleza – e de Marte – o deus da guerra e guardião da agricultura.

Por sua vez, a guerra, como projeto histórico-social, é matéria que interessa à antropóloga argentina Rita Laura Segato. Sua leitura do fenômeno articula-se, entre outros elementos, ao efeito de feminização das guerras, que passa a ver os corpos das mulheres como centrais na sociedade e, por isso, objetos a serem negociados e utilizados entre os homens durante e depois das batalhas:

Antes, as guerras hoje consideradas convencionais, desde o mundo tribal até as guerras formais entre Estados do Século XX, a mulher era capturada como o território: apropriada, estuprada e inseminada como parte dos territórios conquistados, em afinidade semântica com os territórios e seus corpos como território em si mesmo. Era um efeito colateral das guerras. Nela, se plantava uma semente tal como se planta na terra, como marco de uma apropriação<sup>29</sup>(Segato,2014, tradução nossa).

Tal prática, ainda que reformulada em nosso tempo, continua tendo efeito em nossas subjetividades, pois os homens ainda não veem as mulheres no campo do semelhante (Tajer, 2019). Já elas passam por transformações que “se orientam de um narcisismo de ‘ser para os outros’ a ser para si mesmas, da passividade à atividade na esfera do erotismo, de um código privado a um código público em sua circulação pelos

---

<sup>28</sup> O congresso aconteceu no dia 11 de agosto de 2018, na Sociedade Psicanalítica Après Coup, de Buenos Aires.

<sup>29</sup> Trecho original: “Antes, en las guerras hoy consideradas convencionales, desde el mundo tribal hasta las guerras formales entre Estados del Siglo XX, la mujer era capturada, como el territorio: apropiada, violada e inseminada como parte de los territorios conquistados, en afinidad semántica con esos territorios y sus cuerpos como territorio mismo. Era un efecto colateral de las guerras. En ella se plantaba una semilla tal como se planta en la tierra, en el marco de una apropiación.”

espaços sociais<sup>30</sup> (Fernández, 2017, p.16, tradução nossa). Concomitantemente a essa tomada de consciência e posse sobre seus próprios corpos, aumentam os números de feminicídios. Nas palavras da autora, “apesar de todas as vitórias no campo do Estado e da multiplicação de leis e de políticas públicas de proteção para as mulheres, sua vulnerabilidade frente à violência tem aumentado, especialmente a ocupação predatória dos corpos femininos ou feminilizados no contextos das novas guerras <sup>31</sup>(Fernández, 2017, p.16, tradução nossa).

A lei apresenta-se, deste modo, como matéria de disputa política, não só no campo jurídico, mas também no simbólico e, assim, reproduz os valores de um povo em determinado tempo e espaço históricos, abrindo precedentes para a criação de políticas públicas que ofereçam direitos e garantias às cidadãs. Ao observarmos com profundidade os mecanismos a partir dos quais o pacto patriarcal se articula, podemos então construir formas mais equitativas, quiçá mais modernas, forjadas no princípio da alteridade, para vivermos em conjunto, abrindo espaços para o exercício das diferentes singularidades e nos repensando como sujeitas ao longo desse processo.

---

<sup>30</sup> Trecho original: “Se orientan de um narcisismo de ‘ser para los otros’ a um ser para sí mismas, de la pasividad a la actividad em la esfera del erotismo, de um código privado a um código público em su circulación por los espacios sociales”.

<sup>31</sup> Trecho original: “A pesar de todas las victorias en el campo del Estado y de la multiplicación de leyes y políticas públicas de protección para las mujeres, su vulnerabilidad frente a la violencia ha aumentado, especialmente la ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados en el contexto de las nuevas guerras”.

## 6 NOVAS CONFIGURAÇÕES POSSÍVEIS DAS RELAÇÕES

*“Las cosas no son como yo creia, pero no sé como son.”*

*Ana María Fernández, 2017, p.24*

Nesse capítulo, a busca é realizar o exercício de pensar como podemos nos relacionar umas com as outras num mundo em que mulheres e homens – sejam trans ou cisgênero - são sujeitas de desejo. Ainda que seja a busca principal desse trabalho, para formular essa pergunta, no entanto, foi imprescindível investir, anteriormente, em pensarmos a linguagem, a história, as produções, ou seja, a posição subjetiva – em termos de olhar da Outra e das relações de poder - em que os gêneros foram se constituindo nos discursos ao longo da história. É a partir dessa compreensão que novos pactos e contratos sociais podem ser pensados, afinal de contas, somos sujeitas da cultura e as nossas possibilidades de desejo estão articuladas aos mecanismos – leis, interditos, posições – que ela oferece.

A História, enquanto matéria, está para além de refletirmos acerca de datas e de eventos passados. Observar os acontecimentos que nos antecederam, com atenção, implica nos darmos por conta de como as indivíduos lidaram com as questões de sua época, que reflexos essas estratégias tiveram e têm no modo como vivemos hoje e, também, que aprendizados podemos lograr observando saídas sociais passadas para pensar as atuais e futuras.

De acordo com as tecnologias e saberes de cada época, as possibilidades do viver se alteram. Maria Rita Kehl (2016, p.12) afirma que

a mesma travessia que produz nossa identificação com o gênero produz também a diferença irreduzível de cada sujeito; ela se expressa na singularidade de nosso desejo, marcado entre outras coisas pela posição de cada um na ordem familiar, pelo que representamos no inconsciente de nossos pais, pelo que herdamos de gerações passadas, por todas as injunções discursivas que nos atravessam desde o nascimento. E sobretudo pelas respostas, também singulares, que produzimos na tentativa de barrar o gozo do Outro, deslocando-nos minimamente, ao longo da vida, de uma posição originária de objetos (no desejo do Outro) para a de sujeitos desejantes.

### 6.1 Fenômenos e Desafios do Século XXI

Observamos que o modo como as relações vinham se articulando, nas últimas gerações, tinha premissas patriarcais que subjugavam mulheres aos desejos dos homens. Se, num encontro heterossexual, uma mulher desejava uma relação x e o homem desejava

uma relação  $y$ , a mulher tornava o seu desejo “ $x-z = y$ ” para se adequar e tornar a relação possível. Estando numa posição política e subjetiva, considerada socialmente como inferior, as mulheres faziam concessões. No entanto, é preciso lembrar que Lacan (1972) sustenta que “não existe relação sexual” e que essa impraticabilidade é uma premissa *a priori* nos encontros. Nas leituras que Ana Laura Prates (2018, p. 56) faz da premissa lacaniana, “não há uma complementariedade sexual no inconsciente e, portanto, no que diz respeito à sexualidade, não há propriamente um parâmetro de normalidade, já que a sexualidade é sempre uma inscrição – que pode ser ‘toda’ fálica ou ‘não toda’ fálica – mas que sempre será artificial”.

Na passagem do século XX para o XXI, acompanhamos as mulheres redefinindo e ampliando seus lugares tradicionais de esposas e de mães: “a nova ‘feminilidade’ que, ao final do século XXI, com passo ainda hesitante, porém que abre e afirma, a partir de utopias de igualdade, a diferença”<sup>32</sup> (Fernández, 2017, p.13, tradução nossa). Segundo a autora, esse processo iniciou nos países ditos “centrais” e agora se estende principalmente aos centros urbanos dos países “periféricos”, provocando efeitos tanto na macroeconomia, quanto nas subjetividades – públicas e privadas.

Neste século, as mulheres encontram formas singulares de ampliar suas possibilidades frente à Outra – antes limitadas ao lar- para exercitar as posições de cidadã na pólis, de trabalhadora no mercado, de militar nas forças armadas<sup>33</sup>, de produtora de saber nas universidades, de viajante ao redor do mundo<sup>34</sup>, entre inúmeros outros caminhos que seguem se ampliando – de acordo com seus demais recortes de classe, raça, diversidade corporal, nacionalidade etc - também reformulando o lugar que antes os homens ocupavam e, por consequência as relações de poder. Ana María Fernández (2017, p.14, tradução nossa) afirma que as categorias de feminino e de masculino estão em revisão: “Porque, o que é hoje o próprio característico de cada sexo? Essa crise atravessa o conjunto das relações entre homens e mulheres, como também das relações das

---

<sup>32</sup> Trecho original: “la nueva ‘feminidad’ que arriba al siglo XXI com passo vacilante aún, pero que abreva y se afirma, desde utopias de igualdad, en la diferencia”.

<sup>33</sup> Em Israel, o serviço militar é obrigatório para mulheres e homens, quando completam 18 anos. No Brasil, o alistamento ao serviço militar é obrigatório para homens da mesma faixa etária. Após uma luta política, no entanto, o primeiro ingresso de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que forma combatentes de carreira, ocorreu em 2018.

<sup>34</sup> De acordo com estudo “Mulheres, Empresas e Direito 2018”, realizado pelo Bando Mundial, que avalia o feito das legislações, na vida das mulheres, em 189 países do mundo, na Arábia Saudita, até hoje, as mulheres precisam da assinatura de seus maridos para trabalhar ou tirar passaporte.

mulheres consigo mesmas e dos homens consigo mesmos”<sup>35</sup>. Todas essas transformações engendram que a subordinação feminina perda naturalidade e deflacionam o valor dos antigos contratos; tanto em sua dimensão explícita, quanto na implícita; tanto em relação aos ditos, quanto aos não ditos - o que torna necessário que redefinamos o campo do legítimo nas relações entre os gêneros.

Os ‘acordos’ que regiam as relações entre homens e mulheres – tanto na esfera pública como na privada – há apenas vinte ou trinta anos já são difíceis de se aceitar para grande número das mulheres. Hoje muitas reivindicam igualdade, outras assumem práticas transgressoras de legitimidade anterior, outras ainda nem reivindicam, nem transgredem, mas sofrem em silêncio. Tudo isso produz incômodos em certos varões, resistência em outros, resignação em alguns, mas a maioria se desconcerta sem entender. Alguns, poucos, acompanham.  
<sup>36</sup>(Fernández, 2017, p.14, tradução nossa).

A partir daí, Kehl (2016, p.13) diz ser indispensável repensar os elementos “homem, a posição masculina e masculinidade”. Segundo ela, a proposição lacaniana de que que não existe relação sexual quer dizer que não é possível que de dois se faça um. “No entanto, a relação homem-mulher, masculino-feminino, masculinidade-feminilidade é dialeticamente necessária e, sem a referência do pareamento, cada um deles deixa de fazer sentido” e o encadeamento de cada sujeita com os elementos desse trinômio é móvel e singular, “desse modo, podemos falar em homens-homossexuais-femininos, em mulheres masculinas heterossexuais, ou em outras diversas combinações” (Kehl, 2016, p.13).

No livro *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*, Maria Homem e Contardo Calligaris dialogam acerca dessas mudanças e, no capítulo *Reconfigurar o pacto social*, pensam alguns efeitos dessas recentes alterações dos lugares sociais e abrem questões a partir desse ponto.

Em relação aos efeitos, salientam o fato de a mulher ter ocupado novos lugares, que, entre outras práticas, lhe oportunizaram independência econômica e autonomia

---

<sup>35</sup> Trecho original: “Porque, que és hoy lo próprio característico de cada sexo? Esta crisis atraviesa el conjunto de las relaciones entre hombres y mujeres, como también las relaciones de las mujeres consigo mismas y de los hombres consigo mismos”.

<sup>36</sup> Trecho original: “Los ‘acuerdos’ que regían las relaciones entre hombres y mujeres -tanto em la esfera pública como em la privada – hace sólo veinte o treinta años ya son difícil de aceptar para gran número de mujeres. Hoy muchas reclaman de igualdad; otras asumen prácticas transgresoras de la legitimidad anterior; otras aún no reclaman ni transgreden, pero sufren em silencio. Todo eso produce incomodidad em ciertos varones, resistencia em otros, resignación em algunos, pero la mayoría se desconcierta sin entender. Algunos, los menos, acompañan.”



erótica<sup>37</sup>, porém lhe colocaram numa quarta jornada - cidadã, trabalhadora, mãe e, ainda, objeto de desejo – de modo que ela passou a ter mais tarefas, se esquecendo (ou sendo esquecida) de negociar a divisão delas com suas companheiras. Esse objeto de desejo, no entanto, mantém prerrogativas patriarcais, em que a mulher não pode envelhecer e seu corpo ainda envolve cuidados com cabelo, pele, unhas etc. que se atrelam ao desejo masculino e não permitem que as mulheres envelheçam porque, caso isso aconteça, elas deixam de ser desejadas. Os homens, por outro lado, descobriram ter um corpo desejável, não só um corpo de exploração de força e de guerra, dando-se por conta de que a definição de masculino não se limita à posição de protetor e precisam se haver com isso. Em ambos os casos, pode-se, agora, desejar ser objeto de desejo. “Ou seja, desejar o desejo do outro. Aliás, esse é o único desejo que nós realmente temos, tanto homens quanto mulheres” (Calligaris, 2019, p.82).

As autoras também apontam o fato de que o cuidado com as bebês não está sendo bem partilhado e fica, por muitas vezes, terceirizado às babás, à escola ou às tecnologias - como TV ou tablet – de modo que se coloca a ausência de uma outra ou a uma outra que não olha para a criança nem conversa com ela. Além disso, os homens seguem se negando a investir simbolicamente na prole e fazem uso de novas prerrogativas para tal:

Porque antes a mulher fazia uma troca: ‘Case-se comigo que transo com você’. A partir do momento em que diz: ‘Eu quero transar com você’, ela perde a possibilidade imediata de compromisso e casamento. Afinal, o homem pode ter sexo sem casar. Então, ele não casa. Ele faz sexo, engravida e abandona. Eis um roteiro muito comum. Como poder fazer criar a prole? Isso não está ainda numa equibração prática. E é um dos grandes desafios da transformação social e subjetiva que estamos construindo” (Maria Kehl, 2019, p.85-86).

“Como poder fazer criar a prole?” é uma das importantes perguntas que surge nesse capítulo. O cuidado com as crianças precisa, dentro dos novos pactos, ser reinventado, portanto. A autora adverte que “tem que se cuidar da prole, e esse trabalho é assexuado. Por quê? Simplesmente porque o trabalho na rua é assexuado. A partir do

---

<sup>37</sup> De acordo com Silva Alexim Nunes (2011), “o advento da pílula anticoncepcional permitiu de forma mais eficaz que as mulheres possam decidir se querem e quando querem ter filhos. A maternidade, identificada na modernidade como condição natural feminina e ideal principal a ser alcançado, deixou de se sustentar enquanto tal para boa parte das mulheres. Porém ainda é fonte de grandes conflitos. Tais conflitos dizem respeito tanto à vivência singular de cada mulher quanto à sua relação com aqueles que a cercam e a sociedade”.

momento em que ‘todos somos iguais perante a lei’, a clássica divisão social e sexual do trabalho foi dessexualizada. Todo mundo pode fazer tudo. Todo mundo pode ir à guerra, jogar futebol, trocar fralda. (Kehl, 2019, p.85)”

A esse debate, Ana María Fernández (2017) adiciona mais substância. Ela diz que essa revisão dos pactos e dos contratos sociais não é a primeira, nem será a última. Lembra o marco histórico que alterou casamento por aliança pelo casamento por amor. E diz que, na história social do Ocidente, o casamento por amor é uma figura muito recente, assim como o desejo de que as mulheres obtenham prazer sexual nas relações. Tal configuração colocou o centro dos relacionamentos no casal, que apostou no paradoxo do amor-paixão. De sua experiência clínica, a psicanalista aponta que a paixão é um dos elementos mais erráticos do ser humano, de modo que passamos a ter que sustentar uma instituição que em nossa cultura necessita de muita perdurabilidade – a socialização das crianças – a partir de uma evanescente e pouco contratual paixão sexual. É assim que ela nos lança novas questões:

Como sustentar as ‘rotinas’ da instituição familiar desde a criatividade e o imprevisto que o erotismo sempre necessitou? Como organizar e controlar os caminhos da paixão para que não se desorganize a instituição onde ‘deve’ se desenvolver? Como fazer para que ‘esse escuro objeto de desejo’ seja sempre legal? <sup>38</sup>(Fernández, p.18, tradução nossa)

## 6.2 A Não-Monogamia e Seus Valores

A(u)toras em um plano em que agora somos todas, ou ainda melhor, todes desejanter, surgem novos desafios para que os relacionamentos, tal qual deciframos no início desse trabalho, sejam como o transatlântico: cruzem oceanos, nos tirando da forma inaugural e nos apresentando novas perspectivas de mundo e possibilidades de escolha. Essa reflexão nos instiga então a filosofar sobre limites: O que é possível? O que não é possível? Ou legítimo e ilegítimo?

Antes, os termos “amizade”, “namoro”, “casamento” estavam delimitados pela lógica patriarcal. Eventos como abusos, desonestidades, infidelidades, entre outros funcionamentos costumavam ser comuns - principalmente por quem ocupava uma

---

<sup>38</sup> Trecho original: “Como sostener las ‘rutinas’ de la institución familiar desde la creatividad y el imprevisto que el erotismo siempre há necesitado? Como ordenar y controlar los caminos de la pasión para que no se desordene la institución donde “debe” desarrollarse? Como hacer para que ‘ese escuro objeto del deseo’ sea siempre legal?”

posição de poder mais vantajosa - pois não passavam por negociação e ficavam, quiçá, proibidos implicitamente de serem debatidos. Beneficiavam algumas sujeitas em detrimento de outras.

E, agora, como desejamos nos relacionar? As linhas desejáveis pela(s) outra(s) pessoa(s) com quem nos relacionamos são as mesmas que as nossas? Caso não, como manejamos essa diferença? É possível estar numa relação, desejando sonhos distintos? Fato é que sempre desejamos distintamente, contudo, para estar com pessoas brancas, pessoas negras reformulavam seus sonhos; para estar com pessoas de poder financeiro, pessoas menos privilegiadas financeiramente reformulavam seus sonhos; para estar com homens, mulheres reformulavam seus sonhos. Nessa reformulação, uma parte do desejo ficava esquecida, anulada ou, na maneira como compreendemos em psicanálise: recalçada. E, se num contexto onde todas somos sujeitas, como articular o desejo de uma pessoa com a outra? Ou com as outras? Abrem-se novos caminhos. E pensar sobre eles, na vida cotidiana e na acadêmica, é uma postura ética sobre algo que se passa todos os dias em nossas vidas: a interação com o que é diferente de nós. Alex Castro (2015) argumenta que

a possibilidade de se viver abertamente relacionamentos não-monogâmicos é uma das grandes conquistas político-sociais das últimas décadas (especialmente para as mulheres). Entretanto, é importante ficarmos atentas para as pessoas (especialmente homens) que tentarão se utilizar desse discurso para justificar comportamentos desonestos e abusivos.

Como relacionamentos não-monogâmicos, ele localiza quaisquer relacionamentos que vão além da normatividade monogâmica de nossa sociedade, tais como relação aberta, poliamor, amor livre, abstinência etc. Defende que o principal para que os relacionamentos, mesmo os não-monogâmicos, não reproduzam a lógica do abuso, da desonestidade, da infidelidade etc., é que exista um pacto consensual articulado explícito entre as sujeitas implicadas. Ele também frisa que, se existe qualquer possibilidade de mal-entendido sobre se as pessoas estão em um relacionamento não-monogâmico, então elas não estão, em razão do fato de a monogamia ainda ser a norma, sustentada diariamente pelas instituições ao nosso redor - o que não os leva a ser tão explicitamente articulados, porém frequentemente naturalizados, quando passamos a nos envolver com alguém. Já os relacionamentos não-monogâmicos requerem disposição para que sejam criados e recriados continuamente, a cada novo evento, em parceria com as pessoas envolvidas, a partir do diálogo, pois dependem da nossa interferência para que sejam moldados. E são originais a cada nova relação, pois refletem os valores de quem os

íntegra, o que, muitas vezes, os deixa fora dos já conhecidos conceitos de amizade, namoro, casamento etc. Sabendo da importância psicanalítica da intervenção de nomear, deixo em aberto uma questão: como podemos identificar uma relação, no laço social, quando ela é única?

Os relacionamentos não-monogâmicos, embora não sejam isentos aos desentendimentos típicos da vida, vão aos poucos fechando as portas da omissão e da mentira, já que não estão pautados em impressões que temos umas sobre as outras, mas na construção de um pacto que seja legítimo para quem faz parte dele – o que acaba por desarticular o patriarcado nas práticas diárias. Tais experiências nos desacomodam, pois nos colocam em constante contato com medos primordiais de desamparo, ilusão e morte. Castro (2015), em suas palavras, aponta:

a monogamia (..) nos vende uma falsa segurança (de que se formos fiéis, se mantivermos o sexo apimentado, se fizermos tudo direitinho, nunca vamos perder a pessoa com quem estamos) enquanto os relacionamentos não-monogâmicos nos forçam a encarar de frente, abraçar, acolher, vivenciar essa falta de segurança primordial que define a condição humana.

Exigem, portanto, abertura para que mantenhamos o olhar atento às nossas próprias fraquezas e limitações; que respeitemos a autonomia e o valor da palavra dos ditos e das negociações; que acolhamos, dentro do possível, os pedidos por espaço e auxílio que as companheiras nos fazem quando necessário e, também, que as encorajemos pelos seus sonhos, mesmo quando eles não nos implicam no enredo. Tal funcionamento é talvez inédito na história da nossa sociedade e não diz de uma inversão de paradigmas – no sentido de que as pessoas abram mão da monogamia – porém nos oferecem novos olhares para que, mesmo quando escolhemos viver relações monogâmicas, nos desapeguemos da ilusão de posse e mantenhamos as premissas do diálogo e do respeito para com o desejo das pessoas com quem escolhemos compartilhar a vida. Tratam-se, dessa forma, não de imposições, mas de escolhas. Trata-se de uma aposta na autonomia e na ética dos afetos.

Em se tratando de afetos, Débora Tajer (2019) frisa a importância do que ela chamou, em espanhol, de “responsabilidade subjetiva”, do que Judith Butler nomeou, em inglês, “an account of ourselves” e do que, em português, tem sido conhecido como “responsabilidade afetiva” dentro dos debates sociais. Significa que demos conta, subjetivamente, de nós mesmas e dos danos que causamos às outras, ainda que não

intencionais. Nas palavras da analista: “a responsabilidade afetiva como conceito não supõe que tudo o que fazemos o fazemos de forma consciente nem motivada intencionalmente. Significa que façamos o que façamos, seja consciente ou inconscientemente, assumamos a responsabilidade”<sup>39</sup>(TAJER, 2019, tradução nossa).

A ideia é que, mesmo que não nos demos conta dos danos que causamos às pessoas com quem nos relacionamos de imediato, tomemos alguma ação a esse respeito quando os percebemos. Ato que, num momento de transição, é ainda mais necessário aos homens, por dois motivos: pelo fato de que as mulheres, historicamente, já estão habituadas a notar o efeito de suas ações na vida da outra, exercendo, portanto, cuidado emocional constantemente e pelo fato de que são os homens quem experimentam uma maior impunidade em relação ao efeito de suas ações, costumando não dar explicações e não se comunicar quando algo não vai bem ou quando não desejam mais a relação.

A não chamada masculina é a despedida masculina, sem despedida explícita. E integra as impunidades masculinas no patriarcado em relação à não responsabilização pelas próprias ações em relação às mulheres, nesse caso, como dizíamos anteriormente, por não as colocarem no campo do semelhante.<sup>40</sup>(TAJER, 2019, tradução nossa)

A autora complementa que “isso não quer dizer supor que sempre sabemos o que queremos ou que alguém, que não somos nós, o sabe. Os seres humanos são complexos e sujeitos de conflito e de inconsciente. No entanto, também podemos ser éticos e é desse lugar que se convoca a responsabilidade. Não a partir de uma leitura plana da subjetividade”<sup>41</sup> (TAJER, 2019, tradução nossa). Propõem-se, assim, uma ética que evite mal-estares e sofrimentos injustos de gênero, que aposte em sujeitas da enunciação e no cuidado de si e da outra.

Já que o tema trata de mal-estar, Débora Tajer também provoca as psicanalistas, nos instigando a aplicar conceitos da nossa epistemologia ao campo social. Ela separa as

---

<sup>39</sup> Trecho original: “a responsabilidad subjetiva como concepto no supone que todo lo que hacemos lo hacemos de forma conciente, ni motivada intencionalmente. Significa que hagamos lo que hagamos, determinado conciente o inconcientemente, nos hagamos cargo”.

<sup>40</sup> Trecho original: “La no llamada masculina, es la despedida masculina, sin despedida explicita. Y forma parte de las impunidades masculinas en el patriarcado con respecto a la no responsabilización por los propios actos en las mujeres, em este caso, como decíamos con anterioridad, por no colocarlas en el campo del semejante.”

<sup>41</sup> Trecho original: “esto no quiere decir suponer que siempre sabemos lo que queremos o que alguien que no es nosotros, lo sabe. Los seres humanos somos complejos y sujetos de conflicto e inconsciente. Pero también podemos ser éticos y es desde ahí, que se convoca a la responsabilidad. No desde una lectura plana de la subjetividad”.

intervenções clínicas de caso a caso do âmbito epistêmico dos sofrimentos psíquicos da população, sabendo que o que fazemos em um campo não podemos, necessariamente, fazer em outro, mas aposta que tal compreensão sobre o mundo pode nos auxiliar a que usufruamos da empatia (eu diria da alteridade) em nossas abordagens e intervenções no espaço político-institucional, com nossas semelhantes na vida cotidiana. Seria uma forma, assim, de nos implicarmos - mulheres e homens enquanto sujeitas – na produção de significantes relacionais no campo social:

Isso quer dizer, entre outras coisas, que o patriarcado não é algo externo que não sou eu. Eu estou constituída no patriarcado. Esse é o sentido que tem a famosa desconstrução (conceito do Jacques Derrida), que não é uma proposta apenas para varões. É desarmar os modos desejanter, de expectativas e de ideais que respondem à desigualdade. Não é o patriarcado e eu. Sou e e ele, ela, etc. no patriarcado (Tajer, 2019, tradução nossa).<sup>42</sup>

Quando conscientizamos o quanto o patriarcado nos institui, saímos de um estado de ignorância sobre as violências de gêneros advindas dessa lógica relacional. É a partir desse ponto que podemos transformá-la e transpassá-la. Dedicar tempo e espaço a refletirmos sobre como nos relacionamos é um ato político em si mesmo, porque elabora os elos que temos com as pessoas, com a natureza, com o mundo, com a vida. Trata-se de “recuperar a possibilidade do amar-se. O conhecer aparece na possibilidade de deixar que algo surja de modo que um possa vê-lo sem preconceito, nem expectativa”<sup>43</sup>(MATURANA, 2016, tradução nossa). Trata-se, portanto, de educação. Educação afetiva. Aprendizado sobre como podemos habitar os mesmos espaços, compartilhando experiências, vivenciando momentos e nos conectando umas às outras. Trata-se, sobretudo, sobre a ética do amar.

---

<sup>42</sup> Trecho original: “Esto quiere decir, entre otras cosas, que el patriarcado no es algo externo que no soy yo. Yo, estoy constituída en el patriarcado. Ese es el sentido que tiene la famosa desconstrucción (concepto de Jacques Derrida), que no es una propuesta solo para varones. Es desarmar esos modos deseantes, de expectativas e ideales que responden a la desigualación. No es el patriarcado o yo. Soy yo y el, ella, etc.. en el patriarcado”.

<sup>43</sup> Trecho original: “recuperar la posibilidad del amarse. El conocer aparece en la posibilidad de dejar que algo aparezca de modo que uno pueda verlo sin perjuicio, sin expectativa”

Atravesando grandes aguas  
Espejando lo profundo  
**Auto-transformación**  
**Auto-generación**  
**Auto-satisfacción**  
Aleteando hacia lo alto  
Avanzando en el camino  
Entre piedras, cactus  
Abrazos y algodones

Viene de tus pupilas  
Pozo de agua infinito  
Hacia el plexo de mis  
adentros  
**Donde duela nunca dudes**  
Camino cierto  
Siempre hacia delante  
Funcionan como aires  
Renovando cristales

Balucean con ternura  
**¡Viva el amor desapegado!**  
Donde duela nunca dudes  
Donde duela nunca dudes,  
nunca dudes  
Donde duela nunca dudes  
Camino cierto, camino cierto”  
Certo – Perotá Chingó

## 7 MOVIMENTOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

*A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas.*

*Michelle Perrot, 2007, p. 17*

### 7.1 Pañuelos Verdes na Argentina

Ao andarmos pelas ruas das cidades argentinas, principalmente as de Buenos Aires, avistamos algo curioso: pessoas com lenços de diferentes cores se movimentando, formando uma maré de saliência verde. Cada nuance de cor representa posições político-sociais a respeito de diversas temáticas. A maior parte das mulheres usa os chamados *pañuelos verdes*<sup>44</sup> pendurados em suas mochilas, presos em seus cabelos, atados em seus pulsos... Neles, está escrito “*Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito. Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar y aborto legal para no morir.*” Elas representam uma onda que busca legalizar o aborto como uma política pública na Argentina.

O movimento advém de uma luta histórica. Durante a ditadura do país, que durou de 1976 a 1983, as avós e mães – conhecidas como “*abuelas y madres de La Plaza de Mayo*” – saíram em marcha, em busca de reivindicar, ao governo, pela vida de seus netos e filhos desaparecidos, que eram enviados para a Guerra das Malvinas. Tal fato marcou a história do país e, desde então, a população tem o hábito de se manter atenta aos mecanismos estatais e políticos, sendo participativa nas decisões.

Durante um semestre de intercâmbio na Universidade de Buenos Aires, de agosto a dezembro de 2018, presenciei uma paralização das universidades públicas do país (em que o ingresso é público, gratuito, universal e não exige vestibular) contra as propostas do então presidente Mauricio Macri de diminuir investimentos na educação e a favor do aumento do salário das professoras – que ainda ganham muito pouco pelo trabalho que exercem. Alunas dormiam nas universidades e, no dia da marcha, ao andarem com cartazes em defesa da educação gratuita pelas ruas da capital, recebiam buzinaços festivos dos carros e aplausos sorridentes das pedestres, que se uniam à andança para apoiá-la. Depois de muita resistência e de luta, a educação universitária argentina manteve-se pública e gratuita. E o aumento salarial das professoras foi conquistado.

---

<sup>44</sup> As mulheres que são contra a legalização do aborto usam *pañuelos celestes*.





*Pedalando em liberdade. - Anna Ortega, Buenos Aires, 2019*

ação faz efeito não só na Argentina, mas também nos países que têm traços de cultura semelhante, como é o caso da América Latina. O movimento dos *pañuelos verdes* já chegou ao México e tem levado suas cidadãs às ruas para debater mais sobre a política de legalização do aborto, até que ele se torne lei por lá também. No Brasil, o movimento

vem crescendo aos poucos a partir da *Frente Nacional contra A Criminalização de Mulheres e pela Legalização do Aborto* e um dos seus grandes nomes é da antropóloga, branca e estudiosa de bioética, feminismo, direitos humanos e saúde, Debora Diniz. Em 2018, foi ameaçada de morte por buscar descriminalizar a prática junto ao Supremo Tribunal Federal e precisou sair do país para se proteger.

O aumento do debate gera polêmicas constantes, ao mesmo tempo em que amplia o exercício democrático, quebrando mitos e trazendo informações, principalmente de países onde a política já

No ano passado, o projeto<sup>45</sup> que visa legalizar o aborto, no país, foi aprovado no congresso, mas não passou pelo senado. Nesse ano, o recém-eleito presidente, Alberto Fernández, anunciou que buscará aprovar a proposta durante seu governo. Tal



*Mochilas vestem pañuelos.*

*Anna Ortega, Buenos Aires, 2019*

<sup>45</sup> O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente, na Argentina, o aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher. Nos demais casos, a prática é penalizada com até quatro anos de prisão para a mulher e a médica. Os dados da agência France Presse informam que 17% das 245 mortes de mulheres grávidas ocorreram por aborto em 2016, no país. Na América Latina, o aborto sem restrições é legal no Uruguai, em Cuba e na Cidade do México.

é legalizada<sup>46</sup>, à população latina. As mulheres têm exercido poder de argumentação, num movimento que legisla sobre seus próprios corpos e, como trabalhado ao longo desse trabalho, sobre seu próprio direito sexual e reprodutivo.



*As ruas lutam. - Anna Ortega, Buenos Aires, 2019*

religiosos e filantrópicos continuem debatendo a respeito do que é vida e como devemos exercer nossas espiritualidades, contudo equipara mulheres e homens quanto a um poder de decisão que, como sabemos, afeta os mecanismos explícitos e implícitos do patriarcado.

Vera Iaconelli (2018, p.48) aponta que “quanto mais equânime é a sociedade, embora ainda nenhuma o seja totalmente, mais a mulher pode decidir sobre seu desejo de reproduzir e o uso que faz do corpo. Sabemos como ainda hoje o mapa mundial do direito ao aborto se confunde com o mapa do *status* da mulher nas sociedades.” Em sociedades onde o aborto já é uma política instituída, mulheres e homens são cada vez mais iguais perante a lei. E, assim, as periferias femininas ganham voz. Os centros de poder masculino se dissipam. E a equidade de gênero acontece.

## **7.2 Grupo de Mulheres em Clínica de Atendimento Psicológico no Brasil**

Parece que é sempre a partir de perguntas que as ideias se expandem. Foi assim numa tarde de atendimentos clínicos, durante um intervalo na sala de terapeutas da Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

<sup>46</sup> . Em todo o mundo, o aborto é legalizado em 63 países e amplamente permitido em outras 13 nações segundo levantamento da *Center for Reproductive Rights*, ONG baseada nos Estados Unidos, que trabalha para influenciar a formulação de políticas públicas pró-aborto.

(UFRGS)<sup>47</sup>, que interrogações as quais entrelaçavam mulheridades, psicologia, relacionamentos, maternidade e trabalho vieram à tona, foram elas: “Como é ser mulher psicóloga/psicanalista?”; “Como é ser mãe e psicóloga?”; “Como é trabalhar e cuidar de filhas?”; “Como, seus maridos (no caso das mulheres em relacionamentos heterossexuais que estavam presentes) veem suas jornadas?” e “Como se construiu, se se construiu, os desejos um: de engravidar, dois: de ter filhas e três: de tornar-se mãe?”

A partir daí, os assuntos se multiplicaram de tal forma que se desenvolveu desejo por inaugurar um espaço além daquela tarde para conversarmos sobre esses e outros tópicos em conjunto. Passamos a convidar outras mulheres, que trabalham na mesma clínica, para integrar esse espaço e, já na primeira reunião, a sala estava cheia. Nascia o Grupo de Mulheres da Clínica da UFRGS<sup>48</sup>, que tem funcionado semanalmente, com a duração de cerca de 1h30, desde junho de 2019.

O espaço é político, porque reúne mulheres para conversar sobre as vivências de seu gênero, de forma que nós nos fortalecemos, temos insights e criamos juntas. Entre as criações, esteve o desejo de iniciar um grupo terapêutico para as pacientes mulheres que são atendidas nesse espaço, principalmente para aquelas que estão em situação de violência doméstica, ideia que continua em elaboração. Outra iniciativa que surgiu e teve potência imediata foi a realização de um evento, intitulado “I Jornada Mulheridades: Clínica, História e Política”, ocorrido dia 27 de setembro de 2019. A jornada contou com quatro mesas, cujas temáticas foram “Perspectivas de Ser Mulher”, “Maternidades e Política de Cuidado”, “A mulher não existe? Psicanálise e História” e “Violência de Gênero e Violação de Direitos”. O objetivo foi trazer à tona questões clínicas e sociais sobre as mulheridades em diálogo com a psicanálise e com outros saberes psi, a partir da apresentação de estudos, experiências profissionais e pessoais para debatermos em conjunto. O evento foi aberto à comunidade, de modo que permitiu o intercâmbio de saberes e o nascimento de laço entre pessoas, principalmente mulheres, que ainda não se conheciam e passam, agora, a planejar projetos juntas como o desenvolvimento de novos eventos, o escrito de livros, entre outros.

---

<sup>47</sup> A clínica é órgão público federal, vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS. Propõe-se ao atendimento psicológico de pessoas da comunidade que não têm acesso aos consultórios privados ou não encontram lugar na rede pública de serviços de saúde.

<sup>48</sup> Entre os nomes que dispararam as perguntas, deram vida ao grupo, organizaram o evento e integraram as mesas de debate, estão: Amanda Costa, Ana Gabriela Redlich, Barbara Marques, Camila Noguez, Camila Terra, Cristina Schwarz, Fernanda Maiato, Janafina Steiger, Kellen Evaldt, Larrisa Ramos da Silva, Laura Marzullo dos Santos, Lia Rosa, Luísa França, Manoela Petersen, Marcia Pedruzzi, Mariana Betts, Marília Spinelli Jacoby Cunda, Milena da Rosa Silva, Natália Rossato Crasoves, Paula Gruman, Sofia Favero, Sofia Piccinini, Taiasmin Ohnmacht, Thais Gomes de Oliveira e Vanessa Félix.

Além das mesas, a jornada contou com uma intervenção. As organizadoras expuseram quadros, um a um, com a imagem de psicanalistas mulheres e suas respectivas biografias, que foram lidas em voz alta e hoje estão expostas nas paredes dessa clínica, onde antes só havia molduras de Sigmund Freud e de Jacques Lacan. Os nomes apresentados foram: Françoise Dolto, Karen Horney, Neusa Santos Souza, Sabina Spielrein,, Virgínia Leone Bicudo e Martha Dominga Brizio – psicanalista argentina que atuou como professora na UFRGS e foi uma das fundadoras da Clínica de Atendimento Psicológico desta universidade – onde hoje se realizam cerca de 16.000 atendimentos em psiquiátrica, fonoaudiologia, serviço social e, principalmente, psicologia, por ano.

Acredito  
É na rapaziada  
Que segue em frente  
E segura o rojão  
Eu ponho fé  
É na fé da moçada  
Que não foge da fera  
E enfrenta o leão  
Eu vou à luta  
É com essa juventude  
Que não corre da raia  
À troco de nada  
Eu vou no bloco  
Dessa mocidade  
Que não tá na saudade  
E constrói  
A manhã desejada...

Aquele que sabe que é  
negro  
O coro da gente  
E segura a batida da  
vida  
O ano inteiro  
Aquele que sabe o  
sufoco  
De um jogo tão duro  
E apesar dos pesares  
Ainda se orgulha  
De ser brasileiro  
Aquele que sai da  
batalha  
Entra no botequim  
Pede uma cervinha gelada  
E agita na mesa logo

Uma batucada  
Aquele que manda o  
pagode  
E sacode a poeira  
Suada da luta  
E faz a brincadeira  
Pois o resto é besteira  
E nós estamos pelaí  
Eu acredito  
É na rapaziada!

E Vamos à Luta –  
Gonzaguinha

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Al fin y al cabo, somos lo que hacemos para cambiar lo que somos.”*

*Eduardo Galeano*

Reflexionar a respeito de como nos relacionamos numa sociedade pós-patriarcal fez da leitura uma palavra polissêmica. Ler passou a ser refletir a partir de um capítulo, absorver ideias de um livro, atentar às palavras ditas, observar a cultura, vivenciar algo pela primeira vez, alimentar-se dos sabores, dialogar com uma problemática, abrir caminhos para o inesperado, entre tantos outros modos que tornam, esse enigma das relações, um motor das nossas pulsões. Amar, da mesma forma, tornou-se um verbo com sentidos plurais, os quais vão sendo agregados a cada encontro. Ou seja, o amor, enquanto laço, atua como potência criativa durante a viagem que é o viver e pode ser experienciado de diversas formas.

Relacionar-se é uma prática (humana) que vem se reformulando ao longo da História. A voz de Gerda Lerner (1986, p.320) nos testemunhou que “aprendemos del pasado no sólo lo que la gente que vivió antes que nosotros hizo, pensó y tuvo la intención de hacer, sino que también en qué se equivocaron y en qué fallaron”. Conscientizar o marco do funcionamento patriarcal e que mecanismos advindos desse *modus operandi* ainda se manifestam nos nossos encontros foi necessário para que pudéssemos pensar (e sentir) além dele. Nessa investigação, que utilizou o gênero, a política e a psicanálise como pilares, tornou-se imprescindível resgatar as vozes das mulheres. O propósito foi atravessar esse fantasma da não-equidade de gênero, para que não continuemos reproduzindo relações de poder abusivas, seja dentro de instituições acadêmicas ou nos pactos cotidianos. Na voz brasileira de Patricia Porchat (2018, p.41), “a psicanálise pode ajudar a esclarecer alguns dos comportamentos e das vivências de mulheres da nossa sociedade, pensando sobre a violência contra a mulher, sobre a hierarquia de gênero, investigando a questão histórica da emancipação em relação ao homem e ao poder masculino”.

Dessa travessia, pudemos concluir que trabalhar recortes sociais a partir de parâmetros - de centro e de periferia - fortalece uma epistemologia dicotômica e hierárquica sobre nossa relação com a(s) outra(s) no mundo. Tal mecanismo pôde ser observado a partir de uma práxis que concebe mulheres a partir de homens, pessoas negras a partir de pessoas brancas, pessoas transgênero a partir de pessoas cisgênero – raciocínio que pode se aplicar a outros recortes. Como aposta no pressuposto ético da alteridade,

buscam-se hoje formar novos pactos e contratos sociais, em que as diferenças possam ser negociadas a partir da responsabilidade afetiva, em outras palavras, do respeito à autonomia pessoal e à próxima como sujeita de desejo.

Compreende-se, também, que ser mulher, ser homem e outras variedades são performances de habitar o mundo. Em belas palavras, Larissa Silva (2019) resume a proposição lacaniana de que, antes mesmo de nascermos, já somos banhadas em linguagem. Somos faladas por outras e isso nos constitui. A palavra produz efeitos de subjetivação. E importa, também, quem diz a palavra. Que palavras temos dito, portanto? Para quem? Em que contexto?

Nesse ensaio do ensaio, as propostas de escrever no feminino e de priorizar autoras mulheres foram um desafio, que me levou a encontrar mais referências em espanhol e em inglês, do que em português. Ainda assim, perceber que, mesmo que todas, em algum nível, nos relacionemos umas com as outras, é difícil encontrar publicações psicanalíticas que pensem relação aberta, poligamia, amor livre – entre outras práticas não monogâmicas, cada vez mais frequentes em nossa sociedade américa-latina. Por isso, nasce um questionamento: nós, enquanto psicanalistas, estamos preparadas para escutar, intervir e, antes disso, trabalhar em nós mesmas as premissas patriarcais que nos habitam?

Sabendo que a psicanálise exige um tripé – estudos teóricos, análise pessoal e supervisão – para que seja transmitida, ampliar a bibliografia a respeito dessa temática é indispensável para que diminuamos as violências de gênero nos espaços de cuidado e de análise. A criação de uma técnica que cura pela fala, a partir do contato de Sigmund Freud com as mulheres de sua época, o levou a viver desfazendo ilusões – suas e de quem ele escutava – para que o desejo pudesse advir. Foi assim que perguntas, além daquelas já realizadas até o presente momento, se desabrocharam e levaram a sociedade além. O que antes era considerado dejetivo para a medicina – sonhos, chistes, atos falhos - ganhou legitimidade e tornou possível hoje o trabalho com o inconsciente.

Inconscientemente, associamos. Quando possível, livremente. Por isso, muitas questões aqui apresentadas continuam em aberto e não buscam, necessariamente, encontrar respostas. Se, a partir delas, novas interrogações advirem, a formação em Psicologia parece, finalmente, ter saído da forma. E aberto novas possibilidades de estarmos no mundo. Que, onde habitem sujeitos, possa haver também escutas, perguntas, observações, encontros, paisagens, naturezas, descobertas, desejos, sentimentos, diálogos, brincadeiras, cheiros, sons, conhecimentos, políticas, ciências, meditações, danças, músicas, viagens e muita, muita poesia;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arán, Márcia. (2004). **Lacan e o feminino: algumas considerações críticas**. Natureza Humana, Campinas, v. 5, n.2, p. 293-327.
- Austen, Jane. (1980). **Persuasão**. São Paulo: Martin Claret, 2014. Original publicado em 1818.
- Beauvoir, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bomzanini, Jéssica F. (2014). **O casamento e a união estável na doutrina, na lei e na jurisprudência**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bondiá, J.Larrosa.(2002) **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. 5.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária. *Rev. Bras. Educ.* [online], n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478.
- Bonfim, Flavia. G.& Vidal, Paulo V. . (2009) **A feminilidade na Psicanálise: a controvérsia quanto à primazia fálica**. Revista do Departamento de Psicologia da UFF (Impresso), v. 21, p. 539-548.
- Butler, Judith P. (2019). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**/Judith Butler; tradução de Renato Aguiar. – 17ª edi. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- Canguilhem, George. (2002). **O normal e o patológico**. Tradução de Maria de Thereza Redigde C. Barrocas e Luiz Octávio F. B. Leite. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, 307 p.
- Castro, Alex. (2015). **A ética das relações não-monogâmicas: a necessidade de pactos prévios consensuais articulados explícitos**. Papo de Homem. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/etica-das-relacoes-nao-monogamicas/>> Acesso em: 15 nov 2019.
- Cerqueira, Carla & Magalhaes, Sara Isabel. (2018). **(Des)Fazer gênero, (des)construir futuros. Diálogos sobre linguagem inclusiva e literacia crítica mediática**. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* [online], n.39 [citado 2019-10-22], pp.121-128.
- Cervera, Julia P; Franco, Paki V. (2006) **Manual para o uso não sexista da linguagem**. UNIFEM (ONU). Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 21 out 2019.
- Fernández, Ana María. (2017) **La Mujer de la Ilusión**. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Fonseca, Tania M.G & Siegmann, Christiane . (2007). **Caso-Pensamento Como Estratégia na Produção de Conhecimento**. Interface (Botucatu. Impresso), v. 11, p. 53-63.
- Foucault, Michel. (1997). **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva.

Foucault, Michel. (1979). **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Françoia, Carla Regina. (2018) **Da letra da mulher à reescritura da psicanálise**. In: *Psicanálise e Gênero: Narrativas Feministas e Queer no Brasil e na Argentina*. 1.ed. Curitiba: Calligraphie, p.63-79.

Françoia, Carla; Porchat, Patricia & Corsetto, Patrizia. (2018) **Psicanálise e Gênero: Narrativas Feministas e Queer no Brasil e na Argentina**. 1.ed. Curitiba: Calligraphie.

Freud, Sigmund. (1996). **A dissolução do Complexo de Édipo** (1924). In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. XIX, p. 173-183. Edição standard brasileira.

Freud, Sigmund. (1996). **Os instintos e suas vicissitudes** (1915). In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 115-144.

Homem, Maria. (2018). “**A mulher não existe.**”. Direção e produção: Casa do Saber. (8min21s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gkoWuEzSeYk>>. Acesso em: 12 novembro 2019.

Homem, Maria. (2019). **Coisa de Menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo**/Maria Homem, Contardo Calligaris – Campinas, SP: Papyrus 7 Mares. (Coleção Papyrus Debates)

Iaconelli, Vera.(2018). **Mulher falada**. In: *Psicanálise e Gênero: Narrativas Feministas e Queer no Brasil e na Argentina*. 1.ed. Curitiba: Calligraphie, p.45-49.

Kehl, Maria Rita. (2016). **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2.ed. - São Paulo: Boitempo.

Kilomba, Grada. (2019). **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**/Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira – 1 ed – Rio de Janeiro: Codogó, 1968.

Lacan, Jacques. (2008). **Mais Ainda**. RJ, Zahar, 1972-1973.

Lacan, Jacques. (1988). **O Seminário: Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário proferido em 1964).

Lemoine-luccioni, Eugénie. (1982) **La partición de las mujeres**, Amorrortu, Buenos Aires.

Lerner, Gerda. (1986) **La Creación del Patriarcado**. Oxford University Press.

Maturana, Humberto. (2001) **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Maturana, Humberto. (2016) **El desapego y la no identificación - Humberto Maturana y Dalai Lama**. (8min32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u5W0vjA536E>>. Acesso em: 18 novembro 2019.



- Nunes, Silvia Alexim. (2011) **Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar**. Psicologia Clínica (PUCRJ. Impresso), v. 23.2, p. 101-115.
- Perrot, Michelle. (2007). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto.
- Porchat, Patricia. (2018) **Barulhos de gênero**. In FRANÇOIA, Carla; PORCHAT, Patricia & CORSETTO, Patrizia. *Psicanálise e Gênero: Narrativas Feministas e Queer no Brasil e na Argentina*. 1.ed. Curitiba: Calligraphie. (p.35-43).
- Prates, Ana Laura. (2018) **Gozar de boneca: mapas anatômicos e genéticos não localizam o gozo feminino**. In: *Psicanálise e Gênero: Narrativas Feministas e Queer no Brasil e na Argentina*. 1.ed. Curitiba: Calligraphie, p.51-61.
- RIBEIRO, Djamila. (2017). **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Editora Letramento.
- Rocha, Gustavo R. & Rocha, Luana.F.S . (2017). **Uma história social do conceito de feminilidade na psicanálise de 1910 a 1930**. SCIENTIAE STUDIA, v. 15, p. 121-144.
- Rodvalho, Amara.M. (2017). **O cis pelo trans**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol.25, n1, jan-apr. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci\\_arttext&tlng=pt#aff1](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci_arttext&tlng=pt#aff1)>. Último acesso: 15 out 2019.
- Schiebinger, Londa. (1991). **The mind has no sex, women in the origins of modern science**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Segato, Rita Laura. (2014). **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de la mujeres**. Soc. estado, vol.29, no.2, Brasília.
- Silva Junior, N.. (2000). **Metodologia psicopatológica e ética em psicanálise: o princípio da alteridade hermética**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental JCR, São Paulo, v. 3, n.2, p. 129-138.
- Silva, Larissa R. (2019). **No princípio era o homem**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Soler, C. (2005). **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Tajer, Débora. (2019). **Descubrir la pólvora: les feministes menos pensades**. Latfem. Disponível em: < <http://latfem.org/descubrir-la-polvora-les-feministes-menos-pensades/>>. Acesso em: 14 nov 2019.
- Tajer, Débora. (2012). **Notas para una práctica psicoanalítica pospatriarcal y posheteronormativa**. Eh Harazi, C. (comp) *El Fin del Patriarcado* (pp.79-92). Buenos Aires, Argentina: Topia Editorial.
- Zambrano, Elizabeth. (2018). **Diálogos de uma psicanalista com a Antropologia: um relato pessoal**. In: *Psicanálise e Gênero: Narrativas Feministas e Queer no Brasil e na Argentina*. 1.ed. Curitiba: Calligraphie, p.17-33.